



Índice

- 01** Lasier Martins: sou trabalhista, não puxa-saco de empresas
- 02** Queimada em reserva florestal ameaça área indígena em Goiás
- 03** Artesanato indígena Munduruku recebe destaque na FAM
- 04** Surto de vírus está controlado em aldeia indígena
- 05** Funcionários teriam desviado recursos de aldeias
- 06** Governo propõe criação de Instituto de Saúde Indígena
- 07** I Encontro Esportivo e Cultural Indígena na Universidade ocorre em setembro
- 08** Governo amplia assistência técnica para indígenas
- 09** Rondônia tem 1.605 eleitores indígenas; urnas chegam de helicóptero e barco
- 10** Grupo de trabalho vai regulamentar turismo em terras indígenas
- 11** Bahia adere ao Programa Brasil Quilombola
- 12** Audiência pública em Cavalcante-GO para discutir a proteção do território quilombola Kalunga
- 13** Subprocuradora-Geral da República, em nota, aponta inverdades sobre a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena
- 14** Guarani do Jaraguá fazem ato de resistência amanhã no Tekoa Itakupe
- 15** MPF denuncia grupo de empregados que desviou recursos de indígenas no Pará



- 16** Operação contra desmatamento confirma importância da manutenção do Ibama em Tucuruí, diz MPF
- 17** Operação desmonta maior quadrilha de desmatadores da região amazônica
- 18** Assine o manifesto em apoio aos Defensores/as de Direitos Humanos
- 19** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri (Acre): Nota de esclarecimento sobre a declaração da candidata Marina Silva no debate da Rede Bandeirantes
- 20** Condisi Litoral Sul rejeita proposta do Insi e denuncia pressão política da Sesai
- 21** Áudio evidencia que CNA elabora parecer da PEC 215
- 22** REDD impacta severamente comunidades indígenas e tradicionais
- 23** Organização envolvendo 16 povos de Rondônia e Mato Grosso se posiciona contra INSI
- 24** Nota em Solidariedade aos Quilombolas de Oriximiná Ameaçados pela Mineração
- 25** O índio caboclo do Guarani e a intolerância religiosa
- 26** Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas da FAGED/UFAM recebe nota 4
- 27** Setas é destaque nacional nas ações voltadas à comunidade indígena
- 28** Indígenas ateiam fogo em casas após boato de sequestro
- 29** Terra Indígena Inhacorá recebe orientação sobre serviços de cidadania
- 30** Salão do Livro abre espaço para literatura indígena



Lasier Martins: sou trabalhista, não puxa-saco de empresas

SÍTIO CARTA CAPITAL, 28.08.2014

Ex-apresentador da RBS está empatado com Olívio Dutra na disputa ao Senado. CartaCapital conversou com o candidato sobre questão indígena, a influência da emissora e as críticas do petista

por Piero Locatelli
De Porto Alegre

Lasier Martins (PDT) se tornou conhecido no país inteiro por tomar um choque ao encostar em um cacho de uva há 15 anos. Em 2006, o vídeo foi colocado na internet e visto mais de quatro milhões de vezes.

No Rio Grande do Sul, porém, Lasier não é só motivo de risos. Por mais de trinta anos, ele foi jornalista da RBS, afiliada da Rede Globo no Estado. Após sair da emissora, é candidato ao Senado e aparece empatado com o ex-governador Olívio Dutra (PT). Segundo a última pesquisa Ibope, Lasier tem 30% contra 27% de Dutra, em um empate técnico.

CartaCapital conversou com o ex-apresentador, agora candidato, sobre a disputa. Lasier negou que será beneficiado pelos seus antigos colegas de emissora. Ele também reiterou sua polêmica frase em que questionou "quantos índios deixaram de ser índios e viraram profissionais respeitados".

Nesta semana, CartaCapital publicou entrevistas com Ana Amélia e Tarso Genro, ambos candidatos ao governo do estado, e de Olívio Dutra.

Leia abaixo trechos da entrevista feita com o apresentador:

CartaCapital: Por que o senhor saiu da RBS para ser candidato?

Lasier Martins: Achei que tinha feito tudo na profissão com 53 anos no jornalismo. E como fiz a crônica política dos últimos anos, vendo o desmoronamento ético na política, me indignei com isso e disse 'vou para a política'. Rescindi contrato com a RBS e estou aí trabalhando.

CC: O senhor e a Ana Amélia saíram da RBS para serem candidatos. Ao que atribui o fato de dois ex-jornalistas do mesmo jornal estarem liderando numericamente as pesquisas no Estado?

LM: Acho isso circunstancial. A Ana Amélia foi uma boa comentarista, sempre enveredou muito bem pela área econômica e é uma pessoa muito íntegra. E eu também, não tem por onde me pegar.

CONT.



A RBS dá muita visibilidade. No passado, ela deu um governador, o Antônio Britto. Teve o Mendes Ribeiro, que foi a quem eu substituí no Jornal do Almoço, eleito deputado federal com 700 mil votos, um recorde. Com muita gente aconteceu isso, porque dá muita visibilidade. Para quem gosta de política, tem condições aí, mas não significa nenhum vínculo.

CC: Então o senhor e a Ana Amélia não têm mais nenhuma ligação com a RBS?

LM: A Ana Amélia não tem nenhum vínculo com a RBS, fechou a porta. Assim como eu. A direção da empresa não queria que eu saísse, propôs aumento do meu salário. Eu estaria ganhando bem mais do que senador se tivesse permanecido, mas estava cansado, repetitivo.

Os adversários já estão me provocando, "é o candidato da RBS". Eu já comecei dizendo nas entrevistas: 'eu sou candidato do RS, tira o B do meio'. Não devo nada a RBS, a não ser gratidão.

CC: Mas, após mais de duas décadas na emissora, o senhor não terá algum tratamento benéfico?

LM: Ao contrário, o tratamento é de omissão do meu nome. Quando todos os jornalistas podem se desincompatibilizar três meses antes da eleição, me obrigaram a sair um ano antes. Eu me filiei em um dia e me pediram para no dia seguinte pedir demissão.

CC: E por que o senhor escolheu o PDT?

LM: Meu pai era um fervoroso trabalhista, sempre foi muito getulista e brizolista. E era muito ligado ao trabalhismo, então foi uma homenagem a ele. Eu aprendi a gostar das ideias. Eu fui advogado muito tempo, onde fiz justiça do trabalho. E aí eu aprendi a importância que tinha a criação da CLT. A criação da justiça do trabalho foi uma grande façanha do Getúlio.

CC: Olívio Dutra, seu adversário, chegou a dizer que a sua candidatura é "travestida de trabalhismo" e "puxa-saco" de empresários. O senhor se considera um trabalhista?

LM: Eu sou trabalhista. Trabalhei a vida inteira, desde os 16 anos. Imagina, eu trabalhava dez horas por dia. Isso não é um operário? Às vezes eu dizia [no final do Jornal] 'por hoje esse operário da comunicação se despede'. Essa afirmação, do Olívio, é uma tentativa de me desqualificar, é ofensiva.

CC: Como o senhor avalia a gestão de Olívio à frente do governo do Estado (1999-2002)?

LM: O Olívio é um cara honesto, é um homem íntegro. Mas eu acho que ele retardou o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Principalmente por esse critério dele de não valorizar as empresas. Eu não sou puxa-saco de empresa, sempre fui empregado. Mas sem empresa não se produz o econômico, e sem econômico não se produz o social. É elementar que precisamos de empresa, mas precisamos ter controle para que cumpra a legislação e pague bem seus funcionários.

CONT.



CC: O senhor fez uma declaração bastante criticada por militantes ligados à causa indígena ao questionar “quantos índios deixaram de ser índios e viraram profissionais respeitados”. O que o senhor quis dizer com isso?

LM: Eu visitei duas comunidades indígenas, há um ano e pouco. Uma em Viamão e outra em Charruá. Nas duas eu fiquei constrangido com a miserabilidade. Muito pobres, abandonados.

Então, quando me fizeram essa pergunta, eu disse o seguinte: considerando o abandono que sofrem as sociedades indígenas, eu acho que nós temos que lutar pela inclusão social do índio. Dando melhores moradias dentro da comunidade e colocando uma escola, que aí eles terão uma oportunidade de que estudando, ter uma vida mais digna e mais decente.

Poder, se quiser, se encaminhar para a vida social, pública, do trabalho. Como tem muito índio que já foi índio e hoje estão colocados na sociedade como profissionais respeitados. Foi isso que eu disse.

CC: A política indígena atual no Brasil é de que eles tenham uma vida tradicional, dentro das reservas. O senhor está propondo o contrário disso?

LM: Não, pelo amor de Deus. No Rio Grande do Sul, não sei como é lá para cima, as comunidades são miseráveis, muito pobres, são constrangedoras. Não podemos, não é possível deixar nessa miséria. Tem que pelo menos dar uma moradia mais decente e uma escola para essas crianças aprenderem.

Hoje em dia, quantos índios deixaram de ser índios no Brasil? Acho que milhares. Quem quiser continuar com os costumes, pode continuar. Mas pelo menos ter uma moradia mais decente. O Rio Grande do Sul não é que nem Mato Grosso, que é quente. Aqui é muito frio.

CC: Mas o senhor tem alguma proposta, como senador, para mudar a política indígena?

LM: Percebi que, pela valorização que tem sido dada a minha declaração, essa é uma questão muito delicada, mas eu quero que apresentem uma solução melhor. Será que os índios estão bem? Aqui no Rio Grande do Sul há notícias que índios arrendam suas terras. É uma questão complexa, que merece mais aprofundamento com o intuito de tratar melhor o índio.



Queimada em reserva florestal ameaça área indígena em Goiás

SÍTIO G1, 28.08.2014

Moradores relataram aos bombeiros que incêndio pode ter sido criminoso. Fogo já atingiu 12 mil hectares da área; Funai estuda retiradas dos índios.

Uma queimada que já dura seis dias e destrói uma reserva florestal está ameaçando uma área indígena que fica entre Minaçu e Colinas do Sul, no norte de Goiás. Pelo menos 12 mil dos 38 mil hectares já foram atingidos pelas chamas. A suspeita é que o incêndio tenha sido provocado de maneira criminoso.

Por ser uma região de serra e difícil acesso, os bombeiros e também agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) afirmam que não é possível combater diretamente o fogo em grande parte da área. Devido a essa dificuldade, os brigadistas apenas monitoram o local para evitar que o fogo se alastre para outras partes da reserva.

A suspeita é que a queimada seja criminoso. Moradores da região relataram os fiscais do Ibama que pescadores que estavam no lago foram os responsáveis pelo início do incêndio, que se alastrou rapidamente.

A queimada ainda está distante da aldeia dos Avá-canoeiros, que vivem no norte do estado e estão ameaçados de desaparecer. Atualmente, só restam seis representantes da etnia. Mesmo assim, a Fundação Nacional do Índio (Funai) já estuda medidas para retirar os indígenas do local.



Artesanato indígena Munduruku recebe destaque na FAM

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 28.08.2014

“É muito legal ver nosso trabalho sendo reconhecido”, disse o artesão Everaldo Munduruku. Os indígenas atendidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) foram convidados, nesta quarta-feira (27), para participarem da Feira do Artesanato da Praça da República no próximo domingo. Lá os visitantes poderão conhecer as peças feitas em cerâmica, bijoias e ter o corpo pintado com desenhos característicos da tribo. Mas até no próprio domingo, quem visitar a Feira do Artesanato Mundial e a Feira Estadual do Artesanato Paraense, no Hangar, em Belém, poderá acompanhar esse trabalho vindo dos municípios de Jacareacanga, Itaituba e Trairão.

O convite para expor na Praça da República surgiu do interesse da presidente da Associação dos Artesãos e Expositores do Pará – Amazônia, Nilza Alcântara. Segundo ela, é preciso disseminar mais a cultura indígena dentro do Estado e fora dele. “Expomos em Feiras pelo Brasil, levar esse trabalho vai ser de grande valia para todos. Agregamos valor ao nosso trabalho e à produção deles. Com essa parceria, elevamos a cultura indígena paraense a um cenário nacional”, disse.

Segundo Delival Batista, técnico da Emater de Jacareacanga, essa oportunidade de expor em um outro lugar, além da FAM, em uma mesma viagem para a capital, vai permitir que outras pessoas possam conhecer a cultura Munduruku. “Com certeza, na praça, teremos contato com um outro público e a chance de comercializar ainda mais produtos. Parcerias assim fazem nosso trabalho valer a pena”, comentou o técnico.

Quem passou pelo Hangar pode conhecer um pouco mais de diversas culturas, mas também foi o tempo de resgatar antigas paixões. A professora aposentada Maria Palheta, nascida em São Domingos do Capim, nordeste paraense, se viu encantada com o trabalho em cerâmica Mundurucu, trazido pela Emater, para expor na FAM. “Fiquei sabendo dos produtos da Feira pelo jornal, tinha que vir conferir. Sou do interior e isso lembra muito minha terra, minha infância. Sou apaixonada pelos trabalhos com barro, mas gosto dos mais rústicos, mais simples”, afirmou.

Outro trabalho muito procurado no estande da etnia Mundurucu foi a pintura corporal. Um desfile foi realizado, sendo que a atração principal, que abriu e fechou o evento, foi a modelo Raissa Alcântara, candidata ao Miss Pará Intercontinental, representante de Soure, no Marajó, e que desfilou com o corpo adornado com indumentária de festa, feita de palha e penas. Nos braços ela apresentou a pintura de pés de algodão. Já nas pernas os desenhos foram de uma jiboia. “Uma índia perfeita”, elogiou Delival Batista.

Kenny Teixeira
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Surto de vírus está controlado em aldeia indígena

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 28.08.2014

Durante coletiva de imprensa realizada nesta quinta-feira (28), secretários de saúde do estado e do município de Tucuruí, região sudeste do Pará, anunciaram que o surto viral na aldeia Trocará está controlado.

“Foram estabelecidos protocolos pelo governo federal e o diagnóstico inicial é de três tipos de vírus – rinovírus, coronavírus e adenovírus”, declarou o médico Leone Rocha, coordenador do Distrito Sanitário Indígena do Guamá-Tocantins.

De acordo com os especialistas, os três tipos de vírus detectados são relacionados aos resfriados que a população convive diariamente. Contudo, os indígenas não têm as mesmas defesas e anticorpos contra estes tipos. “Uma série de fatores como a incidência de 100 subgrupos dos tipos de vírus detectados e a baixa resistência das comunidades indígenas colaboraram para o surto da doença além dos três óbitos dos bebês”, explicou Leone Rocha.

Segundo a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (Sespa), as crianças da etnia Assurini apresentaram sintomas de infecções do trato respiratório, como febre alta, tosse e insuficiência respiratória, mas os primeiros exames realizados pelo Laboratório Central do Estado (Lacen) e Instituto Evandro Chagas (IEC) descartaram a possibilidade de elas estarem sofrendo infecção por H1N1.

Foi descartado também, o contágio por Metapneumovírus, vírus sincicial respiratório (VCR) e coqueluche. O IEC informou que recebeu 11 amostras clínicas de pacientes indígenas (etnia Assurini) para investigação de doença respiratória e que os exames laboratoriais ainda estão em curso.

(DOL, com informações de Wellington Hugles/RBATV)



Funcionários teriam desviado recursos de aldeias

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 28.08.2014

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou à Justiça Federal denúncia contra quatro ex-funcionários de uma associação indígena. Eles são acusados de desviar recursos que seriam destinados às aldeias.

Segundo a denúncia, de junho de 2008 a dezembro de 2010 os empregados da associação, Raimundo Otávio Miranda, Jackson Ribeiro de Alencar, Alene de Oliveira de Souza e Nádia Gleciene Costa Araújo administraram um total de R\$ 12,6 milhões.

As irregularidades foram cometidas com recursos da Associação Indígena Porekrô, de indígenas Xikrin da Terra Indígena Xikrin do Kateté, com área nos municípios de Marabá, Parauapebas e Água Azul do Norte, no sudeste do Pará. São recursos recebidos pela associação da mineradora Vale como compensação etnoambiental pela exploração minerária em 411 mil hectares da região.

Auditoria feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou uma série de irregularidades com os recursos, como pagamentos sem comprovação dos gastos, superfaturamento, falta de documentação, ausência de registro de despesas na prestação de contas, e até compra de veículos em nome dos ex-empregados.

(DOL, com informações de Michel Garcia/Diário do Pará)



Governo propõe criação de Instituto de Saúde Indígena

SÍTIO JORNAL BRASIL, 28.08.2014

A proposta de um novo modelo de gestão da saúde indígena dará mais agilidade aos processos administrativos e às contratações de profissionais que atuam junto aos povos indígenas. O Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) ficará responsável pela execução das ações que integram a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) definida pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde.

A criação do INSI, projeto idealizado pelo Ministério da Saúde – em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – será feita após aprovação do Congresso Nacional. Atualmente, o projeto está sendo apresentado e debatido pelos conselhos de saúde indígena em todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e ainda será apresentado e debatido no Conselho Nacional de Saúde, em setembro.

A expectativa do governo é de que o Projeto de Lei que institui o INSI seja enviado ao Congresso Nacional ainda neste ano.

Para o ministro da Saúde, Arthur Chioro, a criação do Instituto como órgão executor da PNASPI modernizará a gestão da saúde indígena. “Estamos de fato muito confiantes de que estamos produzindo uma oferta de modernização do subsistema de atenção à saúde indígena condizente com as reais necessidades das aldeias e de acordo com as propostas apresentadas na última Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada ano passado. Essa proposta constrói uma estrutura de gestão adequada à realidade que temos na saúde indígena”, informa.

A seleção de profissionais, que sempre foi uma questão delicada para a saúde indígena, também será tratada pelo INSI. Como a rotina de trabalho é diferente dos outros servidores públicos – em muitos casos é necessária a permanência dos profissionais nas aldeias por até 60 dias seguidos – além da grande diversidade linguística, com 274 línguas faladas, a contratação de médicos e outros profissionais para a saúde indígena enfrenta desafios como a falta de candidatos para concursos públicos ou, até mesmo, o abandono dos postos profissionais.

“Vamos melhorar a infraestrutura, mantendo os postos de saúde e as Casas funcionando de maneira mais adequada, além de melhorar muito a contratação e reposição de pessoal. Esperamos, com o Instituto, ganhar força e capacidade de resposta para fazer com que os indicadores de saúde, hoje desfavoráveis para os povos indígenas, se aproximem e se igualem aos patamares da população que vive nas cidades”, esclarece o ministro.

O órgão será responsável pela prestação de serviços de atenção básica em saúde aos povos indígenas que vivem nas aldeias, além de executar ações de saneamento ambiental, edificações de saúde indígena e de fortalecimento do controle social da saúde indígena. O plano
CONT.



de trabalho anual do Instituto será definido pela Sesai e fará parte de um contrato de gestão assinado anualmente pela Sesai e INSI.

Seleção de Profissionais

Por ser criado como instituto público, regido pelas normas do direito privado, o INSI contará com um processo de contratação de profissionais mais ágil e eficaz. A seleção permitirá a escolha de profissionais com o perfil necessário para atender a complexidade que requer a saúde indígena.

O novo modelo proposto poderá incluir trabalhadores indígenas na prestação dos serviços de saúde. Essas medidas facilitarão a aceitação, pela comunidade indígena, dos profissionais que atuam nas aldeias. "Parte dos profissionais de saúde serão pessoas das próprias aldeias. Será possível, inclusive, que o próprio INSI forme mais gente entre a população indígena, como profissionais de nível superior e técnicos de saúde que possam assumir a função em suas aldeias", explica Chioro.

Sesai

O projeto prevê que a Sesai fique com a gestão da Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Com base nas demandas dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que aumentarão de 34 para 36 com o novo modelo, a Sesai vai definir o contrato de gestão do INSI com a especificação do programa de trabalho do instituto. O documento terá a definição de prioridades, metas, prazos de execução e orçamento. A articulação com estados e municípios para os serviços de média e alta complexidade também ficarão a cargo da Sesai.

A Sesai ganhará uma dimensão de gestão e deixará de fazer toda a execução. Então, a secretaria continuará formulando, revisando e monitorando a execução da política. Ela irá definir, por exemplo, que resultados esperar dentro desse processo, que tem uma forte participação das lideranças indígenas e cada vez mais envolvendo as secretarias estaduais e municipais de saúde", esclareceu o ministro.

Controle

O orçamento do Instituto será elaborado anualmente pelo Ministério da Saúde/SESAI e constará no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). "Acreditamos que o novo modelo permitirá a otimização dos recursos, uma vez que ganharemos na escala da aquisição e ainda termos mais controle", avalia.

O contrato de gestão do INSI será realizado seguindo os princípios da administração pública. Todas as contas do instituto será analisada pelo conselho administrativo do INSI, pela Sesai e pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus). Os recursos financeiros aplicados pelo INSI também passarão por controle externo e interno de órgão como Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU). O INSI tem governança estatal, com participação da comunidade indígena e dos trabalhadores no conselho administrativo.

Fonte: Ministério da Saúde



I Encontro Esportivo e Cultural Indígena na Universidade ocorre em setembro
SÍTIO UFRGS, 28.08.2014

UFRGS cria atividade esportiva e cultural para registrar e tornar mais popular a cultura indígena

A UFRGS recebe comunidades indígenas Kaingang e Guarani para o I Encontro Esportivo e Cultural Indígena na Universidade: um resgate histórico ao alcance dos não indígenas. Iniciativa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e da Coordenadoria de Ações Afirmativas, a atividade será uma oportunidade para a troca de experiências entre indígenas e não indígenas através de oficinas e prática desportiva. O encontro visa divulgar o conhecimento tradicional indígena, como jogos, pinturas e danças, bem como demonstrar e divulgar a existência de indígenas acadêmicos na universidade que, para muitos, é desconhecida. A ideia surge da importância de registrar a cultura indígena, tornando-a mais popular na universidade e também na comunidade em geral, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e vivências.

A atividade ocorre no sábado dia 13 de setembro a partir das 9 horas, no Campus Olímpico (Rua Felizardo, 750).

Os indígenas serão os ministrantes das práticas esportivas que envolvem: arco e flecha, cabo de força, corrida de milho e lutas corporais (programação completa). No meio da tarde, às 15h30min, haverá um amistoso entre a Seleção Indígena da Lomba do Pinheiro e a Seleção da UFRGS. As inscrições podem ser feitas presencialmente na PRAE (Prédio 12105, Av. Paulo Gama, 110 – Campus Centro) ou na CAF (2º Andar da Reitoria) ou, ainda, pelo site da Coordenadoria. É recomendado que os participantes usem trajes apropriados à prática desportiva. Mais informações no Facebook da CAF: www.facebook.com/cotas.ufrgs.



Governo amplia assistência técnica para indígenas

SÍTIO MDA, 28.08.2014

Mais de 1,5 mil famílias indígenas que vivem no estado do Amazonas serão beneficiadas por uma nova chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), lançada nesta semana. Estão contempladas nove etnias: Apurinã, Torá, Munduruku, Mura, Parintintin, Tenharim, Pirahã, Diahui e Sateré-Maué.

As comunidades que serão atendidas fazem parte do Território da Cidadania Madeira, no Amazonas, que é composto pelos municípios de Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã. A Chama Pública vai selecionar as entidades que executarão os serviços nesses locais para famílias indígenas.

Segundo o coordenador de Políticas para Povos Indígenas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Luis Fernando Machado, a chamada pública é sinônimo de melhoria para a vida e a produção de todos. "É uma oportunidade que essas famílias têm de conhecer e acessar políticas públicas, o que qualifica a forma de manejo e a forma de produção sem impactar nos modelos culturais e formas tradicionais desses povos", afirmou.

A chamada pública, do MDA, prevê o planejamento, a execução, a avaliação e o controle social, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional, incremento da renda e a inclusão produtiva e social dessas famílias.

As entidades interessadas deverão encaminhar suas propostas ao MDA durante período de 25 de agosto a 8 de outubro deste ano, uma vez que a chamada estabelece o prazo de 45 dias, contados da sua data de publicação no Diário Oficial da União.

Serviço:

- Podem participar da chamada pública as instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, credenciadas na Unidade Federativa em que pretendem prestar o serviço.
- Para contratação, as instituições selecionadas deverão estar cadastradas e em situação regular perante o Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Talita Viana



Rondônia tem 1.605 eleitores indígenas; urnas chegam de helicóptero e barco

SÍTIO UOL, 28.08.2014

O TRE-RO (Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) informou que 1.605 indígenas estão cadastrados para votar nas eleições em outubro. Em três aldeias, nas cidades de Guajará Mirim e Alta Floresta, o transporte das urnas até as aldeias será feita por barco e helicóptero.

Os eleitores indígenas votarão em dez seções e fazem parte das aldeias Suruí, Cinta Larga, Tupari, Karitiana, Gavião e Oronao. Metade das seções eleitorais terá a participação de mesários indígenas.

A escolha das aldeias que receberão as urnas é feita por requerimento ou estudo da Justiça Eleitoral quanto à distância, dificuldade de acesso e quantidade de eleitores.

Os indígenas que votarão pelo sistema biométrico serão apenas aqueles com domicílios em municípios –no caso, Guajará-Mirim e Porto Velho– que já contam com essa tecnologia de identificação do eleitor pelas digitais.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

Grupo de trabalho vai regulamentar turismo em terras indígenas

SÍTIO RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 28.08.2014

Os ministérios da Justiça e do Turismo criaram um grupo de trabalho interministerial para estudar a regulamentação do turismo em terras indígenas. A finalidade do grupo é normatizar e fiscalizar as atividades turísticas nesses locais , valorizar a cultura dos povos indígenas e gerar renda para as comunidades. A Funai também vai integrar o grupo.



Bahia adere ao Programa Brasil Quilombola

SÍTIO SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 28.08.2014

Adesão ocorreu no início deste mês, durante o encerramento do XI Fórum Estadual de Gestores Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (Sepromi) assinaram termo de cooperação técnica de adesão da Bahia ao Programa Brasil Quilombola. A assinatura ocorreu no último dia 8/8, durante o encerramento do XI Fórum Estadual de Gestores Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em Salvador.

Para o presidente do Conselho Estadual Quilombola, João Evangelista, a adesão da Bahia ao programa representa o compromisso do Estado com os locais remanescentes de quilombos. "O termo de adesão é um instrumento para que as comunidades cobrem ações mais efetivas".

Durante o evento, o coordenador executivo da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), Luis Anselmo Pereira, anunciou o reconhecimento do título de cinco comunidades rurais quilombolas na Chapada Diamantina, resultado da lei 12.910, que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pasto. Com a titulação das cinco comunidades, serão beneficiadas 470 famílias distribuídas em uma área de aproximadamente 15 hectares.

Mapeamento

O 'Brasil Quilombola' foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola, que agrupa ações voltadas às comunidades para Acesso a Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Direitos e Cidadania.

Um levantamento da Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), mapeou mais de 1.500 comunidades remanescentes de quilombos no país. Bahia (494), Maranhão (369), Minas Gerais (185), Pará (161) e Pernambuco (112) são os estados com o maior número de comunidades quilombolas.

Com Informações da Sepromi



Audiência pública em Cavalcante-GO para discutir a proteção do território quilombola Kalunga

SÍTIO GOVERNO DE GOIAS, 28.08.2014

Ainda com objetivo de discutir a proteção do território quilombola Kalunga, além de tratar da seguinte pauta: conflitos dentro do território; vendas de terras dentro do território Kalunga; depredação do território Kalunga (pesca, extração ilegal de madeira, caça, e outros); e acompanhamento dos projetos implantados nas comunidades (políticas públicas); a equipe da Semira representada pelo assessor Luizmar Arruda, a superintendente da igualdade racial Marta Ivone, e a gerente especial Lucilene Santos, participa hoje (28/08) de audiência pública em Cavalcante-GO.



Subprocuradora-Geral da República, em nota, aponta inverdades sobre a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena
SÍTIO CIMI, 28.08.2014

Em razão das várias mensagens que chegaram à minha caixa de correio sobre a criação do INSI, algumas me atribuindo conduta, no mínimo, pouco ética, venho esclarecer o que se segue:

1) no dia 1º de agosto desse ano, compareci, na companhia do Procurador do Trabalho Sebastião Caixeta e do Subprocurador-Geral da República Humberto Jacques, ao gabinete do Ministro da Saúde, a convite deste, para apresentação de novo modelo de gestão da saúde indígena;

2) a reunião, segundo nos foi informado, tinha por propósito se antecipar ao que seria apresentado em audiência de conciliação, na Justiça do Trabalho, em face do pedido formulado pelo Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal, de execução do Termo de Conciliação Judicial, pelo qual o Ministério da Saúde se obrigava a realizar concurso público para 6.889 cargos no âmbito da saúde indígena;

3) na ocasião, disse que, em caso semelhante, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, tinha assumido, na condição de vice-procuradora-geral da República, posição contrária à sua criação em ação direta de inconstitucionalidade. Todavia, essa posição poderia ser alterada caso os povos indígenas se manifestassem favoravelmente ao novo modelo. Solicitei, então, que, tal como ocorrera com o concurso, também fosse promovida consulta aos indígenas nos DSEIs;

4) também nessa reunião informei, leal e claramente, que, na véspera, tinha estado reunida com a bancada indígena e indigenista da CNPI, bem como com a presidente da Funai, e que me comprometi a lhes informar sobre a proposta apresentada pelo Ministério da Saúde. Todavia, segundo soube pelo CIMI, quem informou ao Saulo sobre o INSI foi o próprio Antonio Alves;

5) em relação ao concurso, há inúmeras inverdades. Primeiro, ele não alcançaria os Agentes Indígenas de Saúde – AIS e os Agentes Indígenas de Saneamento – AISAN, que permaneceriam em seus cargos, por meio de contrato temporário (cláusula 4ª do Primeiro Aditivo ao TCJ). O parágrafo 3º da cláusula 4ª do Primeiro Aditivo ao Termo de Conciliação Judicial estabelece que “a forma de contratação de que trata esta cláusula será objeto de novas tratativas a fim de identificar-se a solução mais adequada e definitiva para a investidura dos Agentes Indígenas de Saúde – AIS e dos Agentes Indígenas de Saneamento – AISAN”. O Grupo de Trabalho de Saúde Indígena da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF deliberou, em reunião de 5 de agosto de 2013, que se aplicaria aos AIS e AISAN o “art. 198, par. 4º, da Constituição, com a redação da Emenda Constitucional n. 51, de acordo com o qual não há necessidade de concurso, apenas de processo seletivo simplificado, entre pessoas da própria comunidade”.

CONT.



6) o concurso deveria ter preocupação em assegurar ampla presença indígena nesses cargos, bem como a manutenção das equipes que se encontravam em área há bastante. Por isso, o concurso deveria: ser específico; ser regionalizado por DSEI; ter números de cargos equivalentes aos ocupados pelos atuais convênios; considerar, para fins de títulos, cursos promovidos pela SESAI, FUNASA, pós-graduação na área de saúde indígena, tempo de atuação em saúde indígena, entre outros relacionados à matéria; fazer constar das provas objetivas critérios referentes ao conhecimento da língua, da cultura, entre outros aspectos específicos relacionados à comunidade; estabelecer quotas para indígenas para cada DSEI e para cada categoria profissional, inclusive para os cargos administrativos; para os técnicos de enfermagem e técnicos de saúde bucal as quotas seriam em maior número. Esses princípios, que deveriam orientar a elaboração do edital do concurso, deveriam ser discutidos pelos CONDISI, e estes encaminhariam suas conclusões para a SESAI até 28 de setembro de 2012. (reunião do dia 12 de setembro de 2012, no auditório JK do MPF, com a presença, entre outros, de Antônio Alves, Secretário de Atenção à Saúde Indígena, Heloísa Marcolino, Coordenadora de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde, Jorge Oliveira Duarte, Coordenador-Geral do Fórum dos Presidentes de CONDISI, Verbena Melo, Chefe de gabinete da SESAI, representantes dos CONDISI que estavam participando da elaboração do Plano Distrital de Saúde Indígena e várias lideranças indígenas);

7) em reunião ocorrida em 28 de novembro de 2012, também na 6ª CCR, a SESAI informou que a "Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde entendeu que não é possível a realização do concurso com a previsão de cotas para indígenas".

São esses os fatos, todos documentados.

Deborah Duprat

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 6ª CCR



Guarani do Jaraguá fazem ato de resistência amanhã no Tekoa Itakupe

SÍTIO CIMI, 28.08.2014

Os indígenas Guarani do Jaraguá convidam a imprensa e todos que se solidarizam com a luta dos povos indígenas a participarem de um ato de resistência amanhã (29), às 10h, na Aldeia Itakupe, na Terra Indígena Jaraguá, na capital paulista. Amanhã vence o prazo que a justiça definiu em um parecer enviado à Fundação Nacional do Índio (Funai) para que o órgão indigenista desapropriasse os indígenas de sua terra tradicional. Caso a Funai não retire os indígenas da área reivindicada e em processo de demarcação há mais de 10 anos, a juíza responsável pelo parecer afirmou que expedirá um novo mandado de reintegração de posse.

Leia abaixo a nota dos Guarani do Jaraguá na íntegra:

Aviso de pauta: Ato contra reintegração de posse no Tekoa Itakupe

Recentemente, nós, Guarani do Jaraguá, retomamos a antiga aldeia conhecida como Sol Nascente, para nós Tekoa Itakupe, localizada na Terra Indígena Jaraguá, área já reconhecida como de ocupação tradicional do nosso povo pela Funai. Diante da decisão da justiça dos brancos em determinar reintegração de posse em nosso tekoa, convidamos a imprensa e todos os que se solidarizam com a luta dos povos indígenas a nos visitarem amanhã (29), justamente o dia em que vence o prazo para nossa saída. Queremos ser ouvidos sobre nosso posicionamento de não abandonar nosso território tradicional e mostrar a todos que nosso modo de vida precisa da terra e das matas preservadas para seguir existindo.

Nossos parentes já haviam reocupado o Sol Nascente em 2005, quando um não indígena entrou com outro processo de reintegração contra nós e conseguiu, naquela época, nos retirar dali. Decidimos, então, confiar na lei dos brancos, e esperar o processo de reconhecimento dos limites constitucionais da Terra Indígena Jaraguá para retornar ao Sol Nascente.

Já se vão mais de 10 anos sem concluir o processo de demarcação da nossa terra, processo que agora está parado nas mãos do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Sabemos que alguns brancos querem desmatar a nossa área, e por isso voltamos pra lá antes do fim da demarcação, para proteger o que restou da nossa terra tradicional. Dessa forma, agora pela força da nossa própria luta, retomamos o Tekoa Itakupe/Sol Nascente, e começamos o processo de auto-demarcação da Terra Indígena Jaraguá, pois não vamos deixar que nos expulsem de nossa terra tradicional e também não vamos aceitar ficar confinados na área minúscula onde estávamos. Já plantamos em nossa retomada, para garantir os cultivos que usamos nos nossos rituais que se iniciam em agosto e estamos dispostos a resistir até assegurarmos nosso direito à terra.

Esclarecemos que não adianta a Funai vir tentar convencer nossa comunidade a sair da aldeia, pois essa decisão é da comunidade que não aguenta mais esperar. Estamos em nossas terras

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

ancestrais por nossa própria vontade, e não é a Funai quem decide onde vamos ou não vamos morar, que fique bem claro.

Por isso viemos pedir apoio para mostrar à Justiça que essa terra é nossa e fazer valer nosso direito originário sobre ela.

Aguyjevete pra quem luta!

#contraodespejonotekoaitakupe

#ojaraguáéguarani

#assinalogocardozo

#demarcaçãojá

Quando: Amanhã, 29/08, às 10h

Onde: Aldeia Itakupe, Terra Indígena Jaraguá. Bairro Sol Nascente. Atrás do Pico do Jaraguá, acesso pela Av. Chica Luiza, altura do nº 1041e, travessa da Estrada Turística do Jaraguá

Contato para Imprensa:

resistenciaguaranisp@yvyrupa.org.br

David Martim: (11) 94696-2786

Vitor Fernandes: (11) 97146-4630

Sites da Comissão Guarani Yvyrupa na Internet:

<http://campanhaguaranisp.yvyrupa.org.br>

<https://www.fb.com/yvyrupa>

<http://www.yvyrupa.org.br>

Processo referente ao Tekoa Itakupe/Sol Nascente (TI Jaraguá):

Nº do Processo: 0028364-20.2005.4.03.6100

Justiça Federal - Antonio Tito Costa (Claudia Cardoso Anafe - OAB/SP052106, Jurema Farina

CONT.



Cardoso Esteves - OAB/SP040731 e Mario de Marco - OAB/SP050589) X Fundação Nacional do Índio (Glaucio de Lima e Castro - Proc. 1642)

Mais informações:

Demarcação da Terra Indígena Jaraguá

A população Guarani que reside na Grande São Paulo distribui -se hoje em sete aldeias, que fazem parte de duas Terras Indígenas (TI) atualmente em processo de regularização fundiária.

Três delas, denominadas Tekoa Ytu, Tekoa Pyau e Tekoa Itakupe, localizam-se no Pico do Jaraguá e compõem a Terra Indígena Jaraguá. Nelas residem cerca de 700 Guarani. Parte da terra foi reconhecida inicialmente na década de 1980, antes da atual Constituição Federal. Naquela época, a aldeia foi então regularizada com apenas 1,7 hectare, configurando-se como a menor terra indígena do país. A falta absoluta de espaço é o detonante de inúmeros problemas sociais e culturais, já que são mais de 500 pessoas por hectare.

A situação dos Guarani do Jaraguá foi extremamente agravada pela construção da Rodovia dos Bandeirantes, inaugurada em 1978 sem qualquer consideração à presença indígena. A estrada suprimiu parte de suas áreas de ocupação tradicional.

Em 2002, por fruto da luta das comunidades indígenas, iniciou-se um processo para correção dos limites do território, para adequá-la aos padrões da Constituição de 1988. Finalmente, no dia 30 de abril de 2013, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou e publicou no Diário Oficial da União (Portaria FUNAI/PRES No 544) os resultados dos estudos técnicos que reconhecem cerca de 532 hectares como limites constitucionais da Terra Indígena Jaraguá, incluindo as aldeias atuais, os locais de ocupação que abrigaram aldeias em passado recente e as demais áreas essenciais para a reprodução física e cultural do grupo.

De acordo com o Decreto Presidencial nº 1775, que regulamenta o processo de demarcação de Terras Indígenas no país, abre-se, a partir da publicação desses estudos, período de 90 dias para que os interessados apresentem contestações administrativas. Após esse período, já encerrado, cabe ao Ministro da Justiça publicar uma portaria declaratória que permite iniciar o processo de indenização dos ocupantes não indígenas para devolver as áreas ao usufruto exclusivo das comunidades indígenas. A assinatura dessa portaria é uma das principais reivindicações dos Guarani, uma vez que isto traria maior segurança para as aldeias que correm o risco de sofrer reintegração de posse.

Note-se que segundo o Artigo 231 da Constituição Federal, são considerados nulos e extintos todos os atos administrativos que envolvem a posse de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas. Deste modo, emissão da Portaria Declaratória da Terra Indígena Jaraguá pelo Ministro da Justiça torna nulos os alegados títulos dos particulares que disputam em juízo a área ocupada pelos Guarani .

Desde 2002, os Guarani disputam na justiça a posse da área da aldeia Pyau, onde habita a maioria dos moradores da TI Jaraguá. Dois particulares reclamam reintegração de posse contra
CONT.



os índios desde esse período, alegando terem títulos de propriedade sobre a área. Esses particulares não residem e nunca residiram no local, que os Guarani consideram de seu uso tradicional. Embora a FUNAI tenha reconhecido a área como parte da Terra Indígena Jaraguá, em 2013, pesou contra os índios uma decisão de reintegração de posse, emitida na primeira instância da Justiça Federal de São Paulo, pelo juiz Clécio Braschi. Após muita pressão dos Guarani, que realizaram protesto no TRF contra os despejos de suas aldeias, o Desembargador Dr. André Nekatschalow suspendeu a decisão de reintegração de posse da aldeia Tekoa Pyau. Resta agora garantir a permanência dos indígenas da aldeia Tekoa Itakupe.

Desde 2005, a área da aldeia tekoea Itakupe (Sol Nascente) está também em disputa pelos Guarani do Jaraguá. Os indígenas que consideram a área como parte de sua terra tradicional, foram de lá retirados em 2005, por força de uma ação de reintegração de posse movida contra supostos "desconhecidos". Posteriormente, a FUNAI recorreu da decisão, e finalizou os estudos que reconhecem a área como parte da Terra Indígena Jaraguá. Uma perita em antropologia, nomeada pelo juízo, também confirmou a tradicionalidade da ocupação guarani na área. Cansados de esperar o término do processo de demarcação da TI Jaraguá, que aguarda a Portaria Declaratória do Ministro da Justiça, os Guarani retomaram novamente a aldeia Itakupe. Foi então que em 9 de Agosto, receberam notificação de que a Juíza havia determinado a saída da comunidade, até o dia 29, decisão que é passível de recursos pela FUNAI e o MPF.



MPF denuncia grupo de empregados que desviou recursos de indígenas no Pará
SÍTIO PR/PA, 28.08.2014

Além de irregularidades com R\$ 12,6 milhões, acusados endividaram associação no comércio e com agiotas

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou à Justiça Federal denúncia contra quatro ex-empregados de uma associação indígena acusados de desviar recursos da associação. Caso condenado, os acusados podem ter que cumprir penas de até dez anos e oito meses de reclusão, além de pagamento de multa.

As irregularidades foram cometidas com recursos da Associação Indígena Porekrô, de indígenas Xikrin da Terra Indígena Xikrin do Kateté, com área nos municípios de Marabá, Parauapebas e Água Azul do Norte, no sudeste do Pará. São recursos recebidos pela associação da mineradora Vale como compensação etnoambiental pela exploração minerária em 411 mil hectares da região.

De junho de 2008 a dezembro de 2010 os empregados da associação Raimundo Otávio Miranda, Jackson Ribeiro de Alencar, Alene de Oliveira de Souza e Nádia Gleciene Costa Araújo administraram um total de R\$ 12,6 milhões.

Auditoria feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou uma série de irregularidades com os recursos, como pagamentos sem comprovação dos gastos, superfaturamento, falta de documentação, ausência de registro de despesas na prestação de contas, e até compra de veículos em nome dos ex-empregados.

Além de desvios, dívidas - Segundo a denúncia assinada pela procuradora da República Andrea Costa de Brito, os acusados cometeram tantas irregularidades com o dinheiro da associação Porekrô que não foram pagos nem mesmo os pequenos créditos individuais que os indígenas tinham em mercadinhos. Em um dos mercados a dívida da associação chegou a R\$ 246 mil.

Além das irregularidades com recursos referentes à compensação socioambiental, os quatro ex-empregados Raimundo Otávio Miranda e Jackson Ribeiro de Alencar, o Gordo, fizeram dívidas com agiotas em nome da associação. As dívidas somam R\$ 441 mil.

"A apropriação do dinheiro da comunidade indígena foi tão latente, que mesmo um pequeno rebanho de 110 vacas, que pertencia à associação, foi colocado à venda para que contas particulares de Jackson fossem pagas", relata a denúncia do MPF.

Perícia criminal federal detectou que não houve prestação de contas relativas a R\$ 5,2 milhões em recursos da associação, e que o grupo utilizava "laranjas" (agentes intermediários que efetuam em seus nomes, por ordem de terceiros, transações comerciais ou financeiras, ocultando a identidade do real agente ou beneficiário) para desviar recursos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

O MPF pediu à Justiça Federal em Marabá a condenação dos acusados por associação criminosa e apropriação indébita previdenciária, com o agravante de que foram crimes praticados contra comunidade indígena (agravante previsto no Estatuto do Índio).

Ação protocolada na Justiça Federal em Marabá, sem número processual até a publicação desta notícia.

Íntegra da denúncia (<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/Denuncia-empregados-desvio-recursos-Xikrin.pdf>)

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA



Operação contra desmatamento confirma importância da manutenção do Ibama em Tucuruí, diz MPF

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.08.2014

Ibama pretende fechar escritório na região, mas MPF cobra realização de estudos de impactos

MPF PA

Operação de combate ao desmatamento realizada no último dia 20 detectou oito áreas de desmatamento ilegal nos municípios de Tucuruí, Baião e Pacajá, na região sudeste do Pará. Houve fiscalização em carga de madeira e apreensão de motosserras, informa o escritório regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em Tucuruí.

Além do Ibama, participaram da operação servidores do Ministério Público Federal (MPF), secretaria municipal de Meio Ambiente de Tucuruí e Polícia Militar, com cooperação do comandante da IV Companhia de Policiamento Regional, coronel Pedro Paulo Barata. A fiscalização foi realizada no eixo da rodovia Transcimetá, na região do projeto de assentamento Cururuí, e em estradas próximas.

Para o MPF em Tucuruí, além de promover a preservação ambiental a atividade demonstrou a necessidade de permanência do escritório regional do Ibama no município. Em 2013, o MPF conseguiu no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) decisão provisória que obriga o Ibama a manter as atividades da unidade avançada do instituto no município de Tucuruí.

Antes de entrar com ação na Justiça, o MPF tentou uma solução conciliatória para a questão. Foram encaminhadas à presidência do Ibama, em Brasília, e à superintendência regional do órgão no Pará recomendações para que a decisão da autarquia de desativar o escritório em Tucuruí só fosse tomada após a realização de estudos sobre os impactos socioambientais dessa desativação.

O MPF também promoveu, no município, audiência pública em que órgãos públicos e organizações sociais reivindicaram não só a manutenção do escritório do Ibama mas também a reestruturação e modernização da unidade, para tornar a autarquia mais presente e eficiente na região. Como a autarquia não atendeu aos pedidos do MPF, de pesquisadores, organizações sociais e cidadãos em geral, o caso foi levado à Justiça.

toras de madeira - desmatamento - Operacao_desmatamento_Tucurui_20_agosto_2014

Atuação criminosa

Em alguns dos pontos de desmatamento fiscalizados foi detectado que a exploração ilegal da madeira é feita à noite, para dificultar o trabalho dos fiscais, informa o chefe do escritório regional do Ibama em Tucuruí, Antônio Zildomar de Oliveira.

CONT.



Segundo ele, nesses locais as trilhas que avançam em meio à floresta foram feitas com o uso de tratores de esteira. Tratores de pneus foram usados para a colocação das toras em caminhões que transportam o material até serrarias da região, onde a madeira é beneficiada.

A suspeita da equipe de fiscalização é que a legalidade da madeira que chega às serrarias seja forjada por meio de fraudes no sistema de controle de créditos florestais. Os créditos falsos viriam de planos de manejo existentes na região.

Segundo Oliveira, são planos de manejo que recebem mais créditos florestais do que a capacidade que têm de produção. Esse excedente de crédito é o responsável pelo “esquentamento” ou acobertamento da madeira extraída de forma ilegal.

“Em todos esses casos é necessário um monitoramento posterior, para mensuração das áreas a partir das próximas imagens de satélite do local, com posterior identificação e autuação dos responsáveis”, explica o chefe do Ibama em Tucuruí. De acordo com ele, caso os responsáveis pelo desmatamento ilegal não sejam identificados, as áreas serão embargadas com responsabilidade desconhecida.

Processo nº 0004937-50.2013.4.01.3907 – Justiça Federal em Tucuruí
Acompanhamento processual (<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=00049375020134013907&secao=TUU>)

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação



Operação desmonta maior quadrilha de desmatadores da região amazônica

SÍTIO PR/PA, 29.08.2014

Caso condenados, acusados podem pegar até 56 anos de prisão; outros grupos com atuação semelhante estão sendo investigados no Estado

Operação deflagrada ontem, 27 de agosto, em Novo Progresso, no sudeste do Pará, resultou na prisão de oito acusados por uma série de crimes e irregularidades ligadas ao desmatamento ilegal. Batizada de Castanheira, a operação foi realizada pelo Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF), Receita Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Caso condenados, os acusados podem pegar até 56 anos de prisão. Seis alvos da operação estão foragidos.

A operação foi realizada nos Estados do Pará, Mato Grosso, Paraná e São Paulo. Além das prisões, foram cumpridos 22 mandados de busca e apreensão e quatro conduções coercitivas. Os mandados foram expedidos pela Justiça Federal em Itaituba, a pedido da PF e do MPF.

Os envolvidos são considerados os maiores desmatadores da Amazônia brasileira atualmente e deverão ser indiciados pelos crimes de invasão de terras públicas, furto, sonegação fiscal, crimes ambientais, falsificação de documentos, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Somadas, as penas podem ultrapassar os 50 anos de prisão. A BR-163, onde a quadrilha atuava, concentrava cerca de 10% de todo o desmatamento da região nos últimos dois anos.

Segundo as investigações, a atuação da quadrilha segue um padrão de práticas criminosas comuns no Estado. Primeiramente há a invasão de terras públicas, com desmatamento e queimada. Em seguida, o grupo passa a utilizar a área para produção ou negocia o local para a produção por terceiros. Em alguns casos, essa negociação é feita até três anos depois da invasão. As terras chegavam render para a quadrilha R\$ 20 milhões por fazenda.

Crimes financeiros - Chamou atenção dos investigadores o poder econômico da quadrilha. Pela primeira vez as investigações se concentraram, com quebra de sigilo, nas operações financeiras dos envolvidos, o que vai permitir processá-los também pelos crimes financeiros e pela sonegação fiscal – a Receita Federal foi peça importante no trabalho. A expectativa do MPF é que, se a quadrilha continuar presa, os índices do desmatamento devem cair significativamente na região.

Assim, a punição para os crimes praticados chega a 56 anos de cadeia porque não inclui apenas crimes ambientais. Há uma série de outros tipos de crimes provocados pelo modo de operação das quadrilhas. Segundo o MPF, as pessoas e empresas que promovem negócios com esse tipo de quadrilha, para o arrendamento ou compra das áreas invadidas, podem estar sujeitas às mesmas penas às quais os integrantes da quadrilha podem ser submetidos. Todas as áreas griladas (invadidas) ficarão bloqueadas e não serão objeto de regularização fundiária.

CONT.



Outras quadrilhas com atuação semelhante à do grupo preso em Novo Progresso estão sendo investigadas pelo MPF, PF, Receita Federal e Ibama serão alvo de operações assim que concluídos os levantamentos de provas.

A operação abordou, pela primeira vez, a tendência mais importante do desmatamento na região amazônica hoje, que é praticado quase totalmente por organizações criminosas almejando a grilagem de terras públicas.

Esse tipo de organização pode negociar terras e gado com preços menores no mercado, em concorrência desigual com os produtores que atuam dentro da lei. Além do prejuízo ambiental, calculado pela perícia em pelo menos R\$ 500 milhões, com base na quantidade de floresta perdida – até agora as medições mostram 15.500 hectares de desmatamento.

Juntamente com as prisões, buscas e apreensões, a Justiça Federal concedeu o bloqueio de bens e contas bancárias relacionadas à quadrilha e a suspensão de cadastros ambientais rurais e guias de trânsito animal porventura emitidas aos integrantes da organização (que eles podem ter usado para "esquentar" o dinheiro ilegal).

Os oito presos estão sendo interrogados na carceragem da Polícia Federal em Belém. Continuam as buscas pelos seis foragidos.

Acusações aos presos na operação Castanheira e penas máximas:

- Invadir terras públicas: até três anos de detenção (artigo 20 da lei 4947/66)
- Causar dano direto ou indireto a Unidades de Conservação: até cinco anos de reclusão (artigo 40 da lei 9605/98)
- Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação: até um ano de detenção, e multa (artigo 50 da lei 9605/98)
- Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa: reclusão de até oito anos, e multa (artigo 2 da lei 12.850/13)
- Provocar incêndio em mata ou floresta: até quatro anos de reclusão, e multa (artigo 41 da lei 9605/98)
- Furto: reclusão de até quatro anos, e multa (artigo 155 do Código Penal)
- Falsificação de documento particular: reclusão de até cinco anos, e multa (artigo 298 do Código Penal)
- Falsidade ideológica: reclusão de até cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de até três anos, e multa, se o documento é particular (artigo 299 do Código Penal)
- Uso de documento falso: pena igual à da falsificação de documentos, ou seja, reclusão de até cinco anos, e multa, para o caso de falsificação de documento particular (artigo 304 do Código Penal)
- Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal: reclusão de até dez anos, e multa. A pena será aumentada em até dois terços, se os crimes forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa (artigo 2º da lei 12.683/12)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

Assine o manifesto em apoio aos Defensores/as de Direitos Humanos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.08.2014



**SOMOS TODXS
DEFENSORXS**

Para assinar o manifesto envie o nome da entidade até o dia 20 de setembro para o e-mail campanhalinhadefrente@gmail.com.

Plataforma Dhesca

As campanhas Somos Todxs Defensorxs e Linha de Frente: Defensores de Direitos Humanos convidam os movimentos sociais e organizações da sociedade civil a manifestar apoio aos Defensores/as de Direitos Humanos do Brasil.

A situação de violência e ameaça em que vivem muitas lideranças comunitárias e militantes sociais, no campo e na cidade é apresentada pelas duas campanhas a partir da trajetória de defensoras e defensores em diferentes temas e partes do território nacional. São indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, ambientalistas, moradores de favelas, militantes urbanos e da causa LGBT, que têm em comum o fato de estarem sob ameaça em decorrência da luta por direitos e justiça social.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

Para denunciar as sistemáticas violações de direitos humanos dos defensores brasileiros, as campanhas Somos Todxs Defensorxs e Linha de Frente realizaram atos públicos e ações culturais em São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Fortaleza. Agora, organizações e movimentos são convidados a participar do manifesto que será entregue à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, responsável pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Leia o manifesto!

([https://sys.jaiminho.com.br/link.php?](https://sys.jaiminho.com.br/link.php?URL=aHR0cDovL3d3dy5wbGF0YWZvcmlhZGgub3JnLmJyL2ZpbGVzLzIwMTQvMDgvbWFuaWZlc3RvX2RlZmVuc29yeHMucGRm&Name=&EncryptedMemberID=MTU3NjUwNDY0NDA%3D&CampaignID=4650&CampaignStatisticsID=3469&Demo=0&Email=dGFuaWFwYWNAZ21haWwuY29t)

[URL=aHR0cDovL3d3dy5wbGF0YWZvcmlhZGgub3JnLmJyL2ZpbGVzLzIwMTQvMDgvbWFuaWZlc3RvX2RlZmVuc29yeHMucGRm&Name=&EncryptedMemberID=MTU3NjUwNDY0NDA%3D&CampaignID=4650&CampaignStatisticsID=3469&Demo=0&Email=dGFuaWFwYWNAZ21haWwuY29t](https://sys.jaiminho.com.br/link.php?URL=aHR0cDovL3d3dy5wbGF0YWZvcmlhZGgub3JnLmJyL2ZpbGVzLzIwMTQvMDgvbWFuaWZlc3RvX2RlZmVuc29yeHMucGRm&Name=&EncryptedMemberID=MTU3NjUwNDY0NDA%3D&CampaignID=4650&CampaignStatisticsID=3469&Demo=0&Email=dGFuaWFwYWNAZ21haWwuY29t))



Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri (Acre): Nota de esclarecimento sobre a declaração da candidata Marina Silva no debate da Rede Bandeirantes

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.08.2014

Diante da declaração da candidata à Presidência da República para as próximas eleições, Marina Silva, onde esta coloca o companheiro Chico Mendes junto a representantes da elite nacional, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri (Acre), legítimo representante do legado classista do companheiro Chico, vem a público manifestar-se nos seguintes termos:

Primeiramente, o companheiro Chico foi um sindicalista e não ambientalista, isso o coloca num ponto específico da luta de classes que compreendia a união dos Povos Tradicionais (Extrativistas, Indígenas, Ribeirinhos) contra a expansão pecuária e madeireira e a conseqüente devastação da Floresta. Essa visão distorcida do Chico Mendes Ambientalista foi levada para o Brasil e a outros países como forma de desqualificar e descaracterizar a classe trabalhadora do campo e fortalecer a temática capitalista ambiental que surgia.

Em segundo, os trabalhadores rurais da base territorial do Sindicato de Xapuri (Acre), não concordam com a atual política ambiental em curso no Brasil idealizada pela candidata Marina Silva enquanto Ministra do Meio Ambiente, refém de um modelo santuarista e de grandes Ong's internacionais. Essa política prejudica a manutenção da cultura tradicional de manejo da floresta e a subsistência, e favorece empresários que, devido ao alto grau de burocratização, conseguem legalmente devastar, enquanto os habitantes das florestas cometem crimes ambientais.

Terceiro, os candidatos que compareceram ao debate estão claramente vinculados com o agronegócio e pouco preocupados com a Reforma Agrária e Conflitos Fundiários que se espalham pelo Brasil, tanto isso é verdade, que o assunto foi tratado de forma superficial. Até o momento, segundo dados da CPT, 23 lideranças camponesas foram assassinadas somente neste ano de 2014. Como também não adentraram na temática do genocídio dos povos indígenas em situação alarmante e de repercussão internacional.

Por fim, os pontos elencados, são os legados do companheiro Chico Mendes: Reforma Agrária que garanta a cultura e produção dos Trabalhadores Tradicionais e a União dos Povos da Floresta.

Xapuri, 27 de agosto de 2014

José Alves – Presidente

Waldemir Soares – Assessor Jurídico

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Condisi Litoral Sul rejeita proposta do Insi e denuncia pressão política da Sesai
SÍTIO CIMI, 29.08.2014

"A criação do instituto representa uma tentativa descarada de terceirizar o setor e por em risco conquistas de décadas do movimento indígena que sempre lutou por uma saúde de qualidade para todos". Com este, dentre outros vários argumentos, o Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Litoral Sul manifesta em nota pública encaminhada, no dia 27 de agosto, ao Fórum de Presidentes de Condisi e à Secretaria Especial de Saúde Indígena, a rejeição à proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi). Esta proposta foi apresentada ao Conselho Litoral Sul, em Curitiba, no dia 26 de agosto.

Além de rejeitar "uma solução feita às pressas", o Condisi Litoral Sul denuncia o desrespeitoso modus operandi com que a proposta vem sendo levada para os Conselhos. "Sabemos que muitos Condisi cederam a estas pressões e ao jogo sujo de aprovar a qualquer custo a criação do instituto, mas pensamos na coletividade, não em possíveis cargos ou promessas impossíveis de serem cumpridas. A pressão e a tentativa de empurrar de qualquer jeito a proposta para aprovação neste conselho não terá efeito, mesmo com tentativas descaradas de barganhas e troca-troca em busca de um documento de apoio", afirmam.

Na nota, o Conselho do Litoral Sul garante que "não irá ceder à pressão feita pela gestão de aprovar uma proposta que não nasceu nas bases, não teve discussão ou participação dos indígenas e representa simplesmente uma saída para a suspensão da Ação Civil Pública 0075100-59.2007.5.10.0018, que pede a realização de concurso público para o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS).

A divisão por estados na região Sul, proposta na nova configuração do Instituto Nacional de Saúde Indígena, contraria uma luta histórica do Condisi Litoral Sul pelo Distrito Sanitário de Saúde Indígena (Dsei) Litoral Sul em sua configuração original, conforme desenhado pela lei que criou o subsistema. Esta ideia é fortemente combatida pelo Condisi Litoral Sul desde a 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. "Ao dividir os distritos de forma arbitrária, o governo federal mais uma vez ignora a vontade do povo Guarani expressa em diversos documentos e várias vezes dentro deste conselho", evidencia a nota.

Outros elementos apresentados pelo Condisi Litoral Sul para rejeitar a proposta do Insi são:

- 1 - deliberações importantes da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena no sentido da estruturação do subsistema e da criação de regras para um concurso público diferenciado foram ignoradas;
- 2 - em nenhum momento da 5ª Conferência foi discutida ou proposta a terceirização completa do subsistema ou a transferência de responsabilidade do poder público para uma entidade paraestatal, que teria com o governo apenas o vínculo de um contrato de gestão;
- 3 - há uma série de perguntas sem respostas e de garantias feitas apenas na palavra, desprovidas de qualquer embasamento jurídico administrativo;

CONT.



4 - não há uma minuta do projeto de lei que cria este instituto, tão pouco o detalhamento de como será o regime interno desta paraestatal, “tornando-se impossível aprovar uma mudança dessa complexidade, em pouco tempo, baseado apenas em promessas vazias e em uma garantia de que tudo vai melhorar de um dia para o outro com a criação deste instituto”;

5 - nenhuma das mudanças necessárias para melhorar o sistema de atenção à saúde indígena passa pela terceirização do setor ou pela transferência de responsabilidade para entes externos ao poder público;

6 - as promessas feitas referentes ao instituto lembram muito as mesmas feitas na época da criação da Sesai, que não foram cumpridas;

7 - o Condisi Litoral Sul não aceita qualquer outro encaminhamento que não seja o respeito às deliberações da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Leia a nota na íntegra do Condisi Litoral Sul aqui (<http://cimi.org.br/pub/Condisi.pdf>)



Áudio evidencia que CNA elabora parecer da PEC 215

SÍTIO CIMI, 29.08.2014

Por Luana Luizy,
de Brasília (DF)

Na última semana uma denúncia escancarou a falta de ética e escrúpulos do latifúndio no Brasil. Uma ligação interceptada pelo Ministério Público Federal do Mato Grosso revelou que o líder ruralista Sebastião Ferreira Prado planejava o pagamento de R\$ 30 mil para o advogado ligado à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que seria o responsável pelo relatório da (PEC 215) que trata da demarcação de terras indígenas. "Esse trem custa 30 conto, eu dei 5 conto, o Navo vai dar 5, precisa arrumar 20 conto de hoje pra amanhã, que essa semana vai ficar pronta esse trem", diz Sebastião Prado na ligação.

No áudio, Sebastião Prado, líder da Associação de Produtores Rurais de Suiá-Missu (Aprossum), que inclusive está preso, diz que "o cara que é relator, o deputado federal que é o relator da PEC 215, quem tá fazendo pra ele a relatoria é o Rudy, advogado da CNA, que é amigo e companheiro nosso".

Confira aqui o áudio: (<http://www.cimi.org.br/pub/audioevidenciaquecnaelabora.mp3.mp3>)

O diálogo mostra nitidamente a autoria dos ruralistas na elaboração da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215) e evidencia uma série de ações orquestradas pelos ruralistas em todo o Brasil contra os povos indígenas.

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal deflagraram uma operação para desarticular a atuação do grupo que coordenava e aliciava pessoas para resistirem à desocupação do território indígena Marãwatsédé, em Mato Grosso. "Segundo investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal, a organização criminosa atuava de modo a impedir que a etnia Xavante usufrísse da Terra Indígena Marãiwatsédé, definitivamente delimitada, demarcada e homologada desde 1998", tal como corrobora nota do MPF-MT.

Mesmo com o reconhecimento da mais alta instância jurídica do país, ruralistas resistiam em desocupar o território tradicional indígena. A história se repete no Maranhão, onde segue em curso a desinversão de não-índios em território dos Awá-Guajá, local bastante especulado por madeireiros. Em resposta a estas conquistas, os ruralistas, contra o estado democrático de direito, tentam potencializar ações ilegais.

O MPF revelou a influência dos ruralistas em outros estados de conflito na Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraná e também a possível participação de parlamentares federais no caso. A

investigação segue em curso e os documentos relacionados à possível participação de parlamentares federais no caso foram remetidos ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

Ligação de líder ruralista com Aécio Neves

O áudio também mostra a ligação do líder ruralista que está preso, Sebastião Prado com o candidato à presidência, Aécio Neves-PSDB. Sebastião Prado seria o coordenador da campanha de Aécio no estado do Mato Grosso. "Tive pessoalmente com ele (Aécio). Eu inclusive vou coordenar a campanha dele lá no Mato Grosso", afirma Sebastião Prado.



REDD impacta severamente comunidades indígenas e tradicionais

SÍTIO CIMI, 29.08.2014

REDD, REDD +, REDD ++, REDD Indígena e agora até REDD Arroz... A ampliação do conceito de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD) para além das florestas, pode ser explicada pelo fato de que a economia "verde" pretende cada vez mais ampliar os lucros das corporações, instituições financeiras e de outras organizações protagonistas dessa proposta, como empresas de consultoria e grandes ONGs preservacionistas. Desse modo, a agricultura – mesmo que seja intensiva, de monocultivos e transgênica –, e o manejo florestal – mesmo que continue destruindo a floresta –, dentre outras possibilidades de ampliação do REDD, também transformam-se em oportunidades de lucro, e de lucros ainda maiores do que estes setores – que contam com vultosos subsídios e financiamentos governamentais – já obtêm.

Desse modo, fica evidente que esses mecanismos representam ameaças crescentes para as comunidades e os povos tradicionais, já que abrem ainda mais possibilidades para o agronegócio e outros setores ou práticas destruidoras da natureza.

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, em sua sigla em inglês) compilou em uma cartilha popular os 10 Alertas sobre REDD para Comunidades. Resumidamente, são estes os alertas que fazem sobre o REDD:

1 – Vem de fora, de "cima para baixo": o REDD não foi construído coletivamente pelas comunidades e pelos povos que vivem na floresta e que sempre as defenderam, até mesmo porque dependem dela para sobreviver;

2 – Implica restrições e proibições para as comunidades: a partir da implantação de um projeto de REDD, são feitas muitas restrições e proibições às comunidades, que têm que alterar o seu modo de vida tradicional, ficando proibidas, por exemplo, de caçar, pescar, coletar frutos, plantas medicinais e alimentos da floresta, fazer o roçado, etc. Isso significa uma brutal interferência e violação do modo de vida milenar das comunidades – que sempre protegeram as florestas – para "compensar" as violações cometidas pelas grandes corporações e pelos países poluidores;

3 – Ameaça a soberania alimentar: proibir a comunidade de realizar suas atividades essenciais como, por exemplo, a roça na mata, pode comprometer a própria alimentação do povo;

4 – Significa ter controle sobre o território das comunidades: governos e empresas justificam esse controle pela necessidade de comprovar, para aqueles que financiam os projetos, que o desmatamento na área foi reduzido e que o "perigo" proporcionado pela comunidade (que foi quem sempre protegeu a floresta) foi controlado. Esse "controle" é um potencial gerador de conflitos, já que as comunidades não terão mais autonomia sobre seus próprios territórios e não terão os seus direitos respeitados. Sem falar que a luta das comunidades e dos povos pelo

CONT.



direito às suas terras será ainda mais difícil. E tudo isso é feito para garantir que as empresas e os países não mudem seu modo destruidor de produzir, consumir e poluir;

5 – Cria divisão na comunidade: para ganhar apoio e compensar as perdas sofridas, os promotores do REDD oferecem algo em troca para a comunidade, ou muitas vezes, para apenas algumas pessoas, pode ser um pagamento, a contratação como guardas florestais (que irão vigiar os outros membros da comunidade) ou o financiamento de um projeto social. Desse modo, é comum que alguns membros fiquem contra outros, por se sentirem menos privilegiados, e ocorram divisões e conflitos na comunidade. Em alguns casos são feitas exigências, como a criação de uma organização comunitária específica para administrar os recursos do projeto, que também impactam negativamente na capacidade de organização da comunidade e na luta em defesa dos seus direitos. Uma comunidade vulnerável ou dividida facilita bastante a interferência dos promotores do REDD;

6 – Não ajuda a resolver problemas comuns das comunidades: o objetivo central do REDD é garantir lucro para as empresas e os países poluidores, que não precisarão mudar o seu modo de produzir, e para os seus aliados. Desse modo, a não efetivação de políticas públicas, como saúde, educação, transporte, comercialização da produção comunitária e o direito à terra, dentre outros, não será objeto de atenção dos promotores do projeto. Algumas comunidades afirmam que depois que o projeto foi implementado a vida piorou porque perderam a autonomia, o controle do território, foram proibidos de exercer o seu modo de vida tradicional e os problemas antigos da comunidade continuaram sem solução;

7 – Ameaça a permanência da comunidade: para os projetos de REDD, as comunidades são um problema. Desse modo, eles passam a “ensinar” como defender as florestas a quem historicamente sempre defendeu as florestas. Quem não se submete às regras é perseguido. Famílias isoladas, com medo e sem condições de trabalhar começam a buscar alternativas fora da comunidade, enfraquecendo as possibilidades de resistência e enfrentamento aos projetos;

8 – Não evita a destruição da mata: a princípio, os projetos de REDD são implementados em áreas em que as florestas estão preservadas, de modo a garantir que continuem preservadas. Não seria mais inteligente se as empresas e os países poluidores investissem seus esforços e financiamentos na recuperação de áreas degradadas, por exemplo, onde ocorrem atividades de mineração, exploração de petróleo, monoculturas, pasto, hidrelétricas? Outro aspecto difícil de entender é que se as empresas e os países poluidores não mudarem, de fato, suas práticas e continuarem produzindo e poluindo como fazem hoje, o futuro das florestas continuará ameaçado tanto pelo impacto das mudanças climáticas como pela extração de materiais – minérios, petróleo, eletricidade, etc – essenciais para essas indústrias. O REDD não quebra este ciclo de destruição, ao contrário, é parte dele e mais uma efetiva ameaça para as florestas;

9 – Não são apenas as comunidades que dependem da mata que sofrem: como muitas das empresas que financiam os projetos REDD são poluidoras, mesmo estando distantes das áreas de floresta, ao liberarem imensas quantidades de carbono, elas impactam profundamente a vida das comunidades. Realidade que só pode mudar a partir da mudança no modo como poluem, produzem e consomem;

CONT.



10 – Causa uma injustiça muito grande: Por um lado, grandes ONGs, técnicos dos Estados e consultores são muito bem remunerados para fazer a coordenação e fiscalização dos projetos de REDD, além das empresas e dos países poluidores se beneficiarem por estarem autorizados a poluir como sempre fizeram e, desse modo, garantirem seus massivos lucros. Por outro lado, as comunidades que sempre protegeram a mata não são, ou são muito pouco, beneficiadas. Ao contrário, ainda ficam com o ônus de desmatar (enquanto as empresas poluidoras não são criticadas pela poluição que continuam emitindo), podem ser punidas se insistirem em manter seu modo de vida tradicional e correm o risco de ser expulsas do lugar onde sempre viveram.

Leia a cartilha 10 Alertas sobre REDD (http://wrm.org.uy/pt/files/2012/10/10AlertasREDD-port_intro.pdf) para Comunidades na íntegra ou clique aqui (http://wrm.org.uy/pt/files/2012/10/10AlertasREDD_impresion_port_peq.pdf) para baixar pdf e imprimir em papel A4



Organização envolvendo 16 povos de Rondônia e Mato Grosso se posiciona contra INSI

SÍTIO CIMI, 29.08.2014

Lideranças e professores de dezesseis povos indígenas de Rondônia e noroeste do Mato Grosso rechaçaram de forma unânime a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), articulada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da Saúde, e montada por três técnicos do Ministério do Planejamento.

A resolução é parte da carta final de um encontro de lideranças e professores e professoras indígenas, ocorrida entre os dias 25 e 27 de agosto no município de Pimenta Bueno (RO). Além do repúdio declarado ao instituto, o encontro apresentou uma série de reivindicações a respeito da educação escolar indígena diferenciada.

Leia a carta na íntegra:

Carta Final do encontro de professores e lideranças indígenas do estado de Rondônia e noroeste do Mato Grosso

Nós, professores e lideranças indígenas dos povos Aikanã, Sakirabiat, Kwazá, Guaratira, Mamaindê, Puruborá, Oro Nao', Oro Waram Xijein, Cao Oro Waje, Gavião, Wayoro, Karitiana, Arara, Kaxarari, Surui, Oro Waram, participantes do Encontro de Professores e Lideranças Indígenas do Estado de Rondônia, realizado no município de Pimenta Bueno, de 25 a 27 de agosto de 2014, com o tema Direitos conquistados não podem ser negados: construindo com as próprias mãos a Educação Escolar Indígena que queremos, reivindicamos:

- A participação efetiva da Organização dos Professores Indígenas do estado de Rondônia e noroeste do Mato Grosso (Opiron) e lideranças indígenas, com a colaboração das assessorias necessárias e o apoio de entidades aliadas, nas discussões a respeito de todo o processo da educação escolar indígena, inclusive na implantação do Açaí III, e na condução do curso de licenciatura em educação básica intercultural;
- A implantação da Lei Estadual nº 578/2010, embora tenha sido alterada pelo governo, sem consulta prévia aos povos indígenas e a Opiron.
- Que se cumpra a legislação referente à educação escolar indígena, garantindo-se a autonomia indígena na elaboração de projetos político-pedagógicos próprios e específicos para cada escola, na definição dos calendários e dos currículos escolares;
- Que se garantam recursos para a produção de material didático próprio na língua materna das comunidades em que se encontram as escolas;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

- Que se respeitem os projetos arquitetônicos de cada povo, sempre que houver reforma ou construção de prédios escolares;
- Que seja implantado o projeto de 6o ao 9o ano, além do Ensino Médio, em todas as escolas indígenas do estado.

Outras reivindicações:

- Que a Universidade Federal de Rondônia, como parceira do Ministério da Educação no Programa Saberes Indígenas, de formação continuada de professores, cumpra as determinações do referido programa, fazendo-o chegar a todos os professores indígenas e suas escolas no estado;
- Os participantes do Encontro – conscientes de que são eles, professores indígenas, quem têm mais possibilidade de acesso à legislação e a uma visão crítica das implicações das políticas públicas em suas comunidades: 1. repudiam veementemente a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), arquitetada dentro da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) por grupos políticos que controlam a saúde indígena no país; 2. exigem a demarcação e a regularização das terras indígenas, pois sem o direito da terra garantido não se pode ter uma educação escolar indígena de qualidade e uma saúde digna.

Os direitos indígenas, apesar de conquistados através de muita luta e já garantidos na legislação nacional e internacional, continuam sendo constantemente atropelados por propostas e projetos de lei que ferem e ameaçam a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas.

Pimenta Bueno, 27 de agosto de 2014.

Organização dos Professores Indígenas do Estado de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso - OPIRON



Nota em Solidariedade aos Quilombolas de Oriximiná Ameaçados pela Mineração
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.08.2014

As organizações abaixo-assinadas vêm à público expressar sua solidariedade aos quilombolas de Oriximiná, no Estado do Pará, ameaçados pela exploração minerária em seus territórios tradicionais e desrespeitados em seu direito à consulta livre, prévia e informada.

O empreendimento é da maior produtora de bauxita do Brasil, a Mineração Rio do Norte (MRN) cujos os acionistas são poderosas empresas nacionais e internacionais: Vale, BHP Billiton, Rio Tinto Alcan, Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio, Alcoa World Alumina, Hydro e Alcoa Awa Brasil Participações.

Em 2013, o IBAMA concedeu Licença de Operação (LO 1172/2103) à Mineração Rio do Norte para exploração do platô Monte Branco parcialmente incidente na Terra Quilombola Moura. A Licença de Operação foi outorgada sem consulta prévia aos quilombolas, sem um estudo para avaliar os impactos para essa população e sem o estabelecimento de medidas mitigatórias e/ou compensatórias aos quilombolas.

O fato foi denunciado ao Ministério Público Federal, ao IBAMA e a Fundação Cultural Palmares sem que tenham sido tomadas, até o momento, medidas efetivas para reparar tal situação.

Outros quatro platôs incidentes nas Terras Quilombolas Alto Trombetas e Jamari/Último Quilombo encontram-se atualmente em processo de licenciamento ambiental (Cruz Alta, Cruz Alta Leste, Peixinho e Rebolado) com previsão de início da lavra em 2021.

Em 2012, o ICMBio concedeu a MRN autorização para as pesquisas geológicas na área desses platôs dentro dos limites das terras quilombolas sem consulta ou informação prévia. Tais pesquisas envolveram mais de 60 funcionários, equipamentos pesados, abertura de ramais e desmatamento dentro dos limites das terras quilombolas.

Os quilombolas denunciaram a situação ao Ministério Público Federal que Recomendou o cancelamento da autorização até a consulta livre, prévia e informada. O ICMBio acatou a Recomendação e em janeiro desse ano a autorização foi cancelada.

A partir desse fato, a MRN e a Fundação Cultural Palmares deram início a uma forte pressão para que os quilombolas manifestassem sua concordância com os estudos confrontando o direito ao consentimento livre, prévio e informado.

Desde fevereiro, reuniões vem sendo promovidas pela Fundação Cultural com os quilombolas a suposto título de informação mas que, na verdade, são tentativas de constranger os quilombolas a rapidamente aceitarem a realização dos estudos da mineradora.

Tais reuniões tem sido agendadas no atropelo desrespeitando as diversas instâncias de decisão
CONT.



dos quilombolas e sua forma tradicional de deliberar, favorecendo a divisão entre as comunidades. As reuniões têm contado com a ostensiva participação da MRN e mesmo de políticos locais na defesa da empresa. Até hoje, os quilombolas não contam com as informações básicas sobre os estudos geológicos e os estudos de impacto ambiental planejados para ocorrerem ainda esse ano.

A Fundação Palmares não cumpriu compromisso assumido ainda em fevereiro de 2013 de elaborar proposta de plano de consulta para nortear o processo de informação, diálogo e construção de acordos com a MRN. E pior, a Fundação Cultural Palmares vem repetidamente alegando que a consulta não é necessária na etapa dos estudos, contrariando o princípio básico da consulta que é ser prévia.

A pressão continua comprometendo os princípios da boa fé e da liberdade. E a principal reivindicação dos quilombolas que é a titulação de suas terras está esquecida. As Terras Quilombolas Alto Trombetas, Jamari/Último Quilombo e Moura ainda não tiveram o sequer o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação publicado, apesar de pronto.

Nos solidarizamos com os quilombolas e exigimos que o governo federal atue com isenção, promova o entendimento ao invés de favorecer os planos da mineradora, e garanta uma consulta realmente livre, prévia e informada reconhecendo e respeitando o modo e o tempo dos quilombolas tomarem suas decisões, conforme garante a Convenção 169 da OIT.

29 de agosto de 2014.

Firmam a presente nota as seguintes organizações

Dom Bernardo Johannes Bahlmann, Bispo da Diocese de Óbidos
Comissão Pró-Índio de São Paulo
Malungu – Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong
Coordenação Nacional de Entidades Negras – Conen
Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração- MAM
Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
– FBOMS
Processo de Articulação e Diálogo – PAD
Rede GTA
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
Movimento Sem Terra – MST
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC
Fórum Ecumênico ACT Aliança Brasil – FEACT Brasil
Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional
Associação Juízes para a Democracia
Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase



Associação dos Remanescentes de Quilombo de Peafú
Associação das Comunidades Quilombolas do Município de Óbidos
Federação das Organizações Quilombolas de Santarém
Pastoral Social de Óbidos
Comissão Pastoral da Terra de Óbidos
Comissão Pastoral da Terra de Santarém
Comissão Pastoral da Terra de Itaituba
Congregação do Verbo Divino
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alenquer
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Oriximiná
Comissão Atingidos pelas Barragens do Rio Trombetas
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – Cedenpa
Justiça nos Trilhos
Fórum da Amazônia Oriental
Oficina Escola de Lutheria da Amazônia
Iepé Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Centro de Trabalho Indigenista
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Conselho Indigenista Missionário – Cimi
Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE
Pastoral Afro-brasileira
Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE
Abrace a Serra da Moeda
Movimento Ame a Verdade
Associação Alternativa Terrazul
Brigadas Populares
Centro de Cultura Negra do Maranhão
Criola
Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
Movimento Debate e Ação – MdA
Movimento de Saúde – MSP MA
Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes
As Irmãs de Notre Dame de Namur
Centro de Estudos Bíblicos – CEBI
Fórum Carajás
Justiça Global
SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia
Movimento Xingu Vivo Para Sempre
Movimento Negro de Altamira
Movimento de Mulheres do Campo e Cidade Regional Transamazônica e Xingu
Coletivo de Mulheres de Altamira
Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social – Ibeids
Observatório dos Conflitos no Campo/UFES
Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA/UFMG
Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia



Grupo de Estudos Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente/UFMA
Grupo de Pesquisa Historicidade do Estado e Direito/UFBA
Grupo Mulher Maravilha
Instituto Socioambiental – ISA
Terra de Direitos
Instituto Universidade Popular – UNIPPOP
SOF – Sempre Viva Organização Feminista
Operação Amazônia Nativa – OPAN
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti
Associação Rádio Comunitária de Oriximiná – RCO
Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Óbidos
Consultoria para los Derechos Humanos y el Desplazamiento – CODHES (Colômbia)
ADDAF – Associação de Defesa e Desenvolvimento Ambiental de Ferros
Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade
Articulação Antinuclear Brasileira
Associação de Conservação Ambiental Orgânica – Santa Maria de Itabira
Associação das Vítimas do Césio 137
Articulação dos Atingidos pela Mineração do Norte de Minas
Associação Alternativa Terrazul
Associação Brasileira de Reforma Agrária
Associação Para a Recuperação e Conservação Ambiental
Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR
Associação de Proteção ao Meio Ambiente – APROMAC
Associação de Saúde Ambiental – TOXISPHERA
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – APREMAVI /SC
Associação do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Belo Vale
Associação PRIMO – Primatas da Montanha
Brasil Pelas Florestas
Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de MG
Coletivo Margarida Alves
CEPASP – PA
Campanha Pelas Águas e contra o Mineroduto da Ferrous
Cáritas Diocesana de Sobral – CE
Cantos do Mundo
Consulta Popular
Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ
Central Única dos Trabalhadores – CUT
Centro Franciscano de Defesa dos Direitos
Centro de Ecologia Integral de Betim – CEIB
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI
CSP- Conlutas
Conselho Pastoral dos Pescadores
Comissão Paroquial de Meio Ambiente (CPMA) de Caetité
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – Montes Claros MG
Evangélicos Pela Justiça
Educafro Minas



Frente de Luta pelos Direitos Humanos
Grupo de Extensão Universitária – Organon (UFES)
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA/UFMT
Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá)
Greenpeace
Grupo Franciscano de Educação Ambiental
Guará – Associação dos Guardiões da Rainha das Águas
Hutukara Associação Yanomami (HAY)
Instituto Caracol – iC
Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS
Juventude Atingida pela Mineração – PA e MA
Juventude Franciscana do Brasil – JUFRA
Justiça Global
Levante Popular da Juventude
Marcha Franciscana
Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
Movimento pela Moralidade Pública e Cidadania – Ong Moral MT
Movimento pelas Serras e Águas de Minas
Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela
Movimento Guará e Xô Mineradoras
Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça e Cidadania
Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA (Caeté/MG)
Movimento dos Atingidos pelo mineroduto Minas-Rio de São Domingos do Prata – MG
Marcha Mundial de Mulheres
Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA)- Universidade Federal de São João del Rei
Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil – RS
Ordem Franciscana Secular – OFS
Pastoral da Juventude Rural – GO
Pedra no Sapato
Pastorais Sociais / CNBB
Rede Brasileira de Justiça Ambiental
Rede Cearense de Juventude pelo Meio Ambiente – RECEJUMA
Rede Axé Dudu
Rede Brasileira de Ecosocialistas
Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental – REMTEA
Rede Causa Comum
Rede Franciscana de Justiça, Paz e Ecologia – Sinfrajupe
REAJA
Rede Brasileira de Pesquisas em Nanotecnologia
Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia – SINFRAJUPE
Serviço Verbita (SVD) de JUPIC
Secretariado de Missão e Evangelização da Província Franciscana Santa Cruz
Serviço Franciscano de Justiça, Paz e Integridade da Criação – OFM/PSC
Sindiquímica – PR
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açucena – MG



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simonésia – MG
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha – MG
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás – PA
Sindicato Unificado da Orla Portuária – SUPORT ES
Serviço Interfranciscano de Ecologia e Solidariedade – SINFRAJUPE
Sindicato Metabase Inconfidentes
SOS Serra da Piedade (MG)
UNICON – Unidos Por Conceição
VIVAT International

MANIFESTO IN SOLIDARITY WITH QUILOMBOLAS FROM ORIXIMINÁ THREATENED BY MINING

The undersigned organisations come to publicly express their solidarity with the quilombolas from Oriximiná, Pará State, threatened by mining exploration on their traditional territories, and infringed on their right to free, prior, and informed consultation.

The enterprise represent the largest bauxite producer in Brazil, Mineração Rio do Norte – MRN (Rio do Norte Mining Company), whose shareholders are powerful national and international companies – Vale, BHP Billinton, Rio Tinto Alcan, CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), Alcoa Aluminium, Alcoa World Alumina, Hydro, and Alcoa AWA of Brazil.

In 2013, IBAMA issued an Operating Licence (LO 1172/2013) to MRN to explore the Monte Branco Plateau which partially overlaps Moura Quilombola Land. The Operating Licence was granted without prior consultation with the Quilombolas, in the absence of any analysis of impact to that population, or mitigation and / or compensatory measures to the Quilombola people.

The fact was reported to the Federal Public Prosecutor's Office, IBAMA (Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources), and the Fundação Cultural Palmares (Palmares Cultural Foundation -public institution under the Ministry of Culture), and no effective action has been taken so far to amend the situation.

Other four overlapping plateaus in the Quilombola Lands of Alto Trombetas and Jamari/Ultimo Quilombo are currently in the process of environmental licensing (Cruz Alta, Cruz Alta Leste, Peixinho, and Rebolado) with mining operations expected to start in 2021.

In 2012, ICMBio (Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation) granted MRN permission for geological analysis in the areas of those plateaus within the boundaries of quilombolas lands, without any prior consultation or information. The analyses involved more than sixty staff, heavy equipment, and clearing of existing forest for construction of roads within the borders of quilombolas lands.

The quilombola people reported the situation to the Federal Public Prosecutor's Office who recommended the cancellation of the permission until free, prior and informed consultation

CONT.



takes place. ICMBio accepted the recommendation, and in January of this year the permission was cancelled.

Since then, MRN and Fundação Cultural Palmares have been placing strong pressure against the quilombolas to have them make public that they agree with the analysis, disregarding their right to free, prior, and informed consent.

Since February, meetings with the quilombolas have been organised by the Fundação Cultural Palmares under the pretence of information, although they are actually attempts to compel the quilombola people to promptly accept the analyses of the mining company.

Such meetings have been hastily scheduled, disrespecting the different decision-making instances of the Quilombolas and their traditional way of deliberating, favouring division between communities. The meetings have suffered the conspicuous participation of MRN, and also of local politicians who side with the company. So far, the quilombola people have not had any access to the basic information on the geologic studies and those related to environmental impact planned to occur later this year.

The Fundação Cultural Palmares has not yet fulfilled their commitment of February 2013 to prepare a draft consultation plan to guide the process of information, dialogue, and agreements with MRN. To make matters worse, Fundação Cultural Palmares has been repeatedly claiming that in the study phase a consultation is not required, contrary to the basic principle of prior consultation.

Pressures keep on compromising the principles of good faith and freedom. The quilombola's main claim is that the land titling of their territories goes on being ignored. The Quilombola Lands of Alto Trombetas, Jamari/ Ultimo Quilombo, and Moura's Identification and Delimitation Technical Reports, though concluded, have not yet been published.

We stand in solidarity with the quilombola people, and demand the federal government to act with impartiality, promoting understanding by the mining company instead of favouring their plans, ensuring a truly free, prior, and informed consultation, acknowledging and respecting the quilombola traditional proceedings and time to make decisions, as conferred by the ILO Convention 169.

August 29, 2014

MANIFIESTO EN SOLIDARIDAD A LOS QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ AMENAZADOS POR LA MINERÍA

Las organizaciones abajo firmantes expresan públicamente su solidaridad a los quilombolas de Oriximiná, en el Estado de Pará, amenazados por la explotación minera en sus territorios tradicionales y no respetados en su derecho a la consulta previa, libre e informada.

CONT.



El emprendimiento es de la mayor productora de bauxita de Brasil, Mineração Rio do Norte (MRN) cuyos accionistas son poderosas empresas nacionales e internacionales: Vale, BHP Billiton, Rio Tinto Alcan, Companhia Brasileira de Aluminio, Alcoa Aluminio, Alcoa World Alumina, Hydro y Alcoa Awa Brasil Participações.

En 2013, el Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA le concedió Licencia de Operación (LO 1172/2103) a Mineração Rio do Norte para la explotación de la meseta Monte Branco la cual incide parcialmente en la Tierra Quilombola Moura. La Licencia de Operación fue otorgada sin previa consulta a los quilombolas, sin un estudio para evaluar los impactos para esta población y sin el establecimiento de medidas mitigatorias y/o compensatorias para los quilombolas.

El hecho fue denunciado ante el Ministerio Público Federal, ante el IBAMA y la Fundación Cultural Palmares (vinculada al Ministerio de Cultura) sin que hasta el momento se hayan tomado medidas efectivas para reparar dicha situación.

Otras cuatro mesetas con incidencia en las Tierras Quilombolas Alto Trombetas y Jamari/Último Quilombo se encuentran actualmente en proceso de licenciamiento ambiental (Cruz Alta, Cruz Alta Leste, Peixinho y Rebolado) con previsión de inicio de laboreo para 2021.

En 2012, el Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio le concedió a MRN autorización para las investigaciones geológicas en el área de dichas mesetas dentro de los límites de las tierras quilombolas sin consulta o información previa. Estos estudios involucraron a más 60 trabajadores, equipos pesados, apertura de ramales y deforestación dentro de los límites de las tierras quilombolas.

Los quilombolas denunciaron la situación al Ministerio Público Federal, el que Recomendó la cancelación de la autorización hasta la consulta previa, libre e informada. El ICMBio acató la Recomendación y en enero de este año la autorización fue cancelada.

A partir de este hecho, MRN y la Fundación Cultural Palmares dieron inicio a una fuerte presión para que los quilombolas manifestaran su conformidad con los estudios confrontando el derecho al consentimiento previo, libre e informado.

Desde febrero, se vienen promoviendo reuniones por parte de la Fundación Cultural con los quilombolas, supuestamente a título de información pero que, en realidad, son intentos de constreñir a los quilombolas para que acepten rápidamente la realización de los estudios de la minera.

Dichas reuniones han sido definidas de forma atropellada, no respetando las diversas instancias de decisión de los quilombolas ni su forma tradicional de deliberar, favoreciendo la división entre las comunidades. Las reuniones han contado con la ostensiva participación de MRN e incluso de políticos locales en defensa de la empresa. Hasta hoy, los quilombolas no cuentan con las informaciones básicas sobre los estudios geológicos y los de impacto ambiental, planificados para tener lugar aun en el corriente año.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

La Fundación Palmares no ha cumplido todavía el compromiso asumido en febrero de 2013 de elaborar una propuesta de plan de consulta para orientar el proceso de información, el diálogo y la construcción de acuerdos con MRN. Y lo que es aun peor, la Fundación Cultural Palmares viene repetidamente alegando que la consulta no es necesaria en la fase de estudios, contrariando el principio básico de la consulta que es el de ser previa.

La presión continúa comprometiendo los principios de la buena fe y de la libertad. Y la principal reivindicación de los quilombolas, que es la titulación de sus tierras, está olvidada. Las Tierras Quilombolas Alto Trombetas, Jamari/Último Quilombo y Moura no han tenido aun ni siquiera el Informe Técnico de Identificación y Delimitación publicado, a pesar de estar listo.

Nos solidarizamos con los quilombolas y exigimos que el gobierno federal actúe con imparcialidad, promueva el entendimiento en lugar de favorecer los planes de la minera, y garantice una consulta realmente previa, libre e informada reconociendo y respetando el modo y el tiempo en el que los quilombolas toman sus decisiones, según lo garantiza la Convención 169 de la OIT.

29 de agosto de 2014.



O índio caboclo do Guarani e a intolerância religiosa SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.08.2014

Esporte Fino / Carta Capital

O índio caboclo do Guarani é a mais nova vítima do preconceito contra religiões de matriz africana no Brasil. O símbolo foi colocado no uniforme e nos vestiários em maio, pelo presidente do clube, Álvaro Negrão. Era uma fonte de "ajuda espiritual" para o Bugre. Agora, o índio caboclo saiu do uniforme, a pedido dos jogadores católicos e evangélicos do Guarani.

Há dois aspectos na presença do índio caboclo. Um é o histórico. A figura passou a integrar a vida do Guarani na década de 1950 e, desde 1977, adorna a calçada em frente ao Brinco de Ouro da Princesa, o estádio do clube em Campinas. A figura é emblemática. À "força" do índio foram atribuídos alguns feitos do time, como o título brasileiro em 1978 e a fuga do rebaixamento de 1997.

O outro aspecto é o religioso. Negrão, o presidente que decidiu colocar o índio caboclo no uniforme, é "espírita praticante", e a "entidade" é uma figura importante na umbanda, pois aos espíritos deste tipo são atribuídas as conexões entre os médiuns e os orixás.

Em um país em que os jogadores pouco conhecem a história de seus clubes, e no qual o preconceito religioso é ascendente, não espanta que o segundo aspecto tenha prevalecido. Após resultados ruins com o índio caboclo no vestiário e no uniforme (não muito diferentes dos sem ele), os jogadores cristãos se mobilizaram para remover o símbolo da camisa.

O episódio revela de forma clamorosa a intolerância existente no país, pois os católicos e evangélicos do Guarani não aceitaram conviver com um símbolo de outra religião. Avaliaram que o índio caboclo estava atrapalhando sua performance. É uma postura que ecoa o preconceito destilado por padres e pastores Brasil afora, cujas igrejas gastam cada vez mais dinheiro (em parte fruto das isenções fiscais das quais desfrutam) para espalhar preconceito contra as religiões de matriz africana, fomentando violência e intolerância.

Tragicamente, o preconceito contra umbanda e candomblé é tão arraigado que está presente até no Judiciário, cuja missão básica em uma democracia é proteger os direitos das minorias. A grotesca decisão do juiz Eugênio Rosa de Araújo de considerar que candomblé e umbanda não são religiões, depois revista pelo magistrado, mostra o tamanho do buraco.

O ideal é que religião e futebol não se misturem, sem que isso impeça manifestações legítimas por parte dos jogadores. A inclusão do índio caboclo no uniforme do Guarani não parece ter sido motivada pela religiosidade do presidente do clube, mas por uma tentativa folclórica de dar sorte ao time. A exclusão da imagem, por sua vez, não deixa dúvidas: é fruto de um obscurantismo tosco que viceja no país e, inevitavelmente, no futebol.

CONT.



Na calçada em frente ao Brinco de Ouro o índio caboclo continua (Foto: Reprodução / Esporte Interativo)

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas da FAGED/UFAM recebe nota 4

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.08.2014

A comissão designada para a avaliação INEP/MEC de Reconhecimento do Curso de Licenciatura "Formação de Professores Indígenas" da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (FAGED/UFAM) esteve presente na UFAM nos dias 11 e 12 de agosto de 2014, tendo por finalidade promover a análise da documentação, verificar as instalações e a infraestrutura, bem como entrevistar as pessoas elencadas na proposta (dirigentes, docentes e discentes indígenas da Turma Munduruku – que estavam, na ocasião, cursando disciplinas e grupo de egressos (Turma Mura), coordenação do Curso, dentre outros envolvidos). Conforme o Relatório de Avaliação, "constatou-se nas reuniões com os diversos segmentos que o curso tem recebido apoio institucional e é reconhecido como importante mecanismo de promoção das políticas afirmativas e do respeito a diversidade".

O curso foi avaliado como apresentando um perfil Muito Bom, CONCEITO 4 e, segundo os avaliadores, "possui natureza diferenciada, inovadora, ao mesmo tempo em que atende as exigências legais relativas a educação indígena".

O projeto pedagógico foi inicialmente elaborado com vista a atender demandas do povo Mura (região de Autazes/AM), em 2008. Posteriormente foram feitas adequações para atender as Turmas Sateré-Mawé e Munduruku, iniciadas em 2011, assim como a Turma Médio Solimões, iniciada em 2013. Quatro novas Turmas estão em processo de discussão e planejamento.

O curso é realizado de forma presencial, em módulos condensados, com 3.165 horas e oferta de 60 vagas/por Turma. Objetiva formar, numa perspectiva intercultural e interdisciplinar, professores indígenas para atuar na 2ª fase do ensino fundamental e no ensino médio, nas escolas indígenas, com habilitação plena nas áreas de Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas e Biológicas; Letras e Artes. Com duração de cinco anos, é composto por: 1) uma etapa de formação geral, dois anos e carga horária de 1320 horas, com todos os alunos indígenas estudando juntos; 2) uma etapa de formação específica, duração de dois anos e carga horária de 840 horas, de acordo com a opção de cada graduando e 3) uma etapa de integração das áreas, com duração de um ano, na qual todos os alunos indígenas da turma discutem resultados dos trabalhos de pesquisas, estágios, Projeto Político-Pedagógico das escolas indígenas, Trabalhos de Conclusão de Curso e outras questões relativas a formação diferenciada.

Como destaca o Relatório de Avaliação, o Curso é "fruto de um processo de construção compartilhada, tendo como principais sujeitos os próprios professores e lideranças indígenas, representados por suas organizações e os professores da UFAM, coordenados por um grupo de docentes da Faculdade de Educação (FAGED)".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 152 / 2014

Brasília, 29 de agosto de 2014.

O Curso conta com apoio do PROLIND (SECADI/MEC), com projetos aprovados para sua elaboração, sua implantação (com a Turma Mura, região de Autazes/AM) e sua ampliação (Turmas Munduruku, Sateré-Mawé e Médio Solimões). O apoio federal também viabilizou a construção do Centro de Referência para a Formação de Professores Indígenas, localizado na Fazenda Experimental da UFAM, onde também são desenvolvidas ações de vários outros cursos, possibilitando interlocução entre professores e estudantes, bem como a formação interdisciplinar.



Setas é destaque nacional nas ações voltadas à comunidade indígena

SÍTIO FOLHA DO POVO, 29.08.2014

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência (Setas), desenvolve várias ações voltadas à população indígena. Neste mês foi destaque do boletim do Fonseas – Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social – que divulgou as boas práticas da secretaria e os programas sociais que melhoram a qualidade de vida dos índios em Mato Grosso do Sul.

No Estado está concentrada a segunda maior população indígena brasileira, com cerca de 77 mil pessoas distribuídas em várias etnias, sendo elas: Kaiowá, Guarani, Terena, Kadiwéus, Guató, Ofaié, Atikum e os Kinikinawa.

Na garantia dos direitos dessa população, o governo do Estado, por meio da Setas, implantou diversos programas sociais, como o Vale-Renda (programa de transferência de renda) que atende 1.140 famílias indígenas que residem em áreas urbanas.

A Setas também é coordenadora do Programa Bolsa-Família, na gestão estadual, e capacita constantemente os gestores municipais e toda sua equipe técnica com orientações e monitoramento cumprindo as condicionalidades do programa federal.

Um dos destaques dos projetos é que beneficia os estudantes é o Programa Vale-Universidade Indígena, que atende 120 índios universitários matriculados na UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). Por meio de auxílio financeiro, o estudante garante sua permanência na universidade, sendo também inserido no estágio em órgãos públicos estaduais e privados parceiros, o que contribui para seu preparo profissional dando-lhe suporte para a inserção no mercado trabalho.

A Setas também executa ação de segurança alimentar e nutricional em aldeias do Estado, onde são distribuídas cestas básicas. O investimento de 2007 até agora foi de R\$ 85.189.648,08. Para projetos de inclusão produtiva, o Estado em 2010 disponibilizou, por intermédio do cofinanciamento Fundo a Fundo, recursos na ordem de R\$ 300.000,00.

Os projetos foram executados nas aldeias situadas nos municípios de Aral Moreira, Bodoquena, Caarapó, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Douradina, Eldorado, Juti, Maracaju e Tacuru, beneficiando a produção de banana, mandioca, farinhas, hortaliças, serigrafia e artesanato.

Capacitação

Também, por meio da Setas, em 2012, o Estado articulou a promoção de ações de qualificação social e profissional para atender, com ações do Pronatec, a 900 indígenas dos municípios de Dourados e Sidrolândia visando à qualificação e inserção no mundo do trabalho, contribuindo para o reconhecimento e a valorização dessa população.

CONT.



No âmbito da Proteção Social Básica, ou seja, de ações de atenção preventiva e combate às vulnerabilidades sociais, o Estado possui três Centros de Referência de Assistência Social Indígena – Cras Indígena, cujos serviços, projetos e programas são diretamente voltados à população indígena. Estes se situam nos municípios de Caarapó, Dourados e Miranda, no território das aldeias.

No que diz respeito à Proteção Social Especial, em que as ações são voltadas ao combate dos riscos sociais, o Estado, por intermédio da Setas, em 2010, realizou Projeto de Capacitação dos 113 conselheiros Tutelares e 83 conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente que atuam nos municípios onde estão situadas as aldeias indígenas do Estado.

Documentação Indígena

Por intermédio do Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul (CEESRAD) vinculado à Setas, o Estado, de 2010 a 2014, emitiu à população indígena Registros Administrativos de Nascimento Indígena (Rani); Registros Civil de Nascimento; CPF; RG e Carteiras de Trabalho e Previdência Social, nas aldeias Marçal de Souza, Água Branca e Tarsila do Amaral em Campo Grande; Lima Campo e Kokue-y em Ponta Porã; Jaguapiru e Bororó em Dourados; Colônia Nova, Água Branca, Imbirussu, Lagoinha, Morrinho, Ypegue, Bananal, Limão Verde e Córrego Seco em Aquidauana, Limão Verde e Jaguary em Amambai; Taquapery em Coronel Sapucaia; e Guassuty em Aral Moreira, totalizando 16.529 documentos expedidos.

O projeto “Documentação para Todos” já iniciou a implantação de 33 Unidades Interligadas de Registro Civil de Nascimento em maternidades sul-mato-grossenses, sendo que destas, uma unidade será instalada no Hospital Indígena Missão Guarani/Kaiowá, no município de Dourados, que atenderá prioritariamente a população indígena das aldeias Jaguapiru e Bororó.

Já por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur), por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), executou, no período de 2008/2010, o Programa Aldeia Produtiva efetuando entrega de Patrulhas Mecanizadas, óleo diesel, sementes de cereais (arroz, milho e milho safrinha), kits horta (mudas de tangerina, limão, coco anão, acerola, maracujá, calcário e adubo), kits pomar (ferramentas, tela, regador, caixa d’água, sementes de abóbora, moranga, quiabo, cenoura, pimentão, tomate, couve, cebolinha, melancia e melão) e assessoria técnica a todas as aldeias sul-mato-grossenses, visando à fixação indígena à terra, preservação de sua origem e cultura e auto-sustentabilidade. O investimento no Programa Aldeia Produtiva foi no valor de R\$ 12.000.000,00, com recursos exclusivos do Estado.

Habitação e Educação

Em parceria com o governo federal, o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Habitação e Cidades (Sehac), construiu, no período de 2007/2014, 1.530 Unidades Habitacionais, no valor de R\$ 21.880.438,10, sendo R\$ 7.960.232,80 recurso do Estado, R\$ 13.800.215,30 recurso federal e R\$ 120.000,00 recurso municipal; exclusivamente

CONT.



direcionadas às famílias indígenas reduzindo, significativamente, o déficit de moradias apontado nas aldeias.

Os investimentos da Secretaria de Estado de Educação para a melhoria na qualidade de vida dos indígenas, no âmbito de suas aldeias, foram de grande densidade na Educação. Foram construídas 15 escolas, 74 salas de aulas com oferta de Ensino Fundamental e Médio e implantadas coberturas de Quadras Poliesportivas em oito escolas. Com tais ações, foram beneficiadas as famílias indígenas das aldeias dos municípios de Dourados, Aquidauana, Nioaque, Amambai, Caarapó, Japorã, Laguna Carapã, Miranda, Porto Murtinho e Tacuru.

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, por meio da Coordenadoria de Polícia Comunitária, implantou o Conselho Comunitário de Segurança Indígena em Campo Grande/MS, conforme Resolução Sejusp/MS/N.º 547, de 30 de março de 2011.



Indígenas ateiam fogo em casas após boato de sequestro

SÍTIO DOURADOS NEWS, 29.08.2014

Um grupo de aproximadamente 200 índios terena das aldeias Olha D'água e Água Azul, em Dois Irmãos do Buriti, foram na noite de quinta-feira (28) à Fazenda Santa Clara e deixaram um rastro de destruição, ateando fogo em todas as casas da sede da propriedade.

O motivo da ação, segundo o Região News, seria o boato de que uma das lideranças do local, Arcênio Duarte, teria sido sequestrado por capangas contratados por proprietários rurais.

Na quinta-feira, representantes da Funai conseguiram convencer o grupo a deixar a propriedade e voltar à Fazenda Cambará, ocupada por eles há mais de um ano. As lideranças indígenas que estiveram na delegacia de polícia acompanhando Arcênio explicaram toda a situação.

Segundo o site, o indígena acabou preso por porte ilegal de arma por policiais militares a paisana. Ao presenciar a detenção do terena por homens em roupas civis, os índios deduziram que se tratava de pistoleiros. Arcênio foi colocado em liberdade ainda na noite de quarta-feira, depois de pagar fiança, arbitrada em dois salários mínimos.

Os PMs do Batalhão de Choque estiveram na propriedade onde fizeram o planejamento da reintegração de posse determinada pela Justiça em favor da procuradora de uma das herdeiras, Glória Alcinha Ortiz mãe de Maria do Carmo, a herdeira. Ela conseguiu assumir o comando do inventário do espólio, substituindo Afrânio Celso Pereira Martins Filho.

Foram presos na propriedade quatro funcionários do fazendeiro (sendo dois menores). Com os funcionários, Olívio Franco e Idiomar Natalício dos Santos, além de 600 gramas de maconha, foram encontradas três espingardas calibre 32 e um revólver calibre 38. Eles permanecem presos e serão indiciados por tráfico de drogas, porte de arma e milícia privada.

Um dos menores apreendidos, A.A.S, de 14 anos, com passagem pela Polícia por roubo, estava com um revólver calibre 38. Ele estava em companhia de S.J.C.R, também de 14 anos. A Santa Clara era uma das poucas fazendas que os índios ainda não tinham entrado, aguardando o desfecho do processo de compra de todas as propriedades reivindicadas como terra indígena.

A propriedade pertencente ao espólio de Afrânio Pereira Martins, tem 522 hectares, com mais de 900 bois na pastagem. Há mais de um ano se arrasta a negociação entre Governo e fazendeiros para compra dos 15 mil hectares reivindicados como parte da Reserva Indígena Buriti.



Terra Indígena Inhacorá recebe orientação sobre serviços de cidadania

SÍTIO PROVÍNCIA FM, 29.08.2014

Famílias da etnia Kaingangue que vivem na Terra Indígena Inhacorá, em São Valério do Sul, receberam, na quinta-feira (28), orientação sobre diversos serviços gratuitos de cidadania.

A ação foi promovida pela Emater/RS-Ascar e faz parte do trabalho que a instituição desenvolve na reserva indígena desde dezembro do ano passado, com 148 famílias. "O foco do nosso trabalho é a qualidade de vida", disse o gerente regional da Emater/RS-Ascar, Geraldo Kasper. "Estamos na fase das capacitações.

A próxima etapa será elaborar os projetos produtivos", afirma a assistente técnica regional social da Emater/RS-Ascar, Isabel Robaert de Souza. Projetos de avicultura e fruticultura estão entre os mais visados, conforme ela.

A assistente social Deise Costela listou, durante o encontro, uma série de benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário mínimo por mês para pessoa com mais de 65 anos que não pode prover sua sobrevivência, Tarifa Social de Energia, acesso a medicamentos, órteses, próteses, leite e fralda. A representante da Funai, Derli Berlezi, salientou o quanto é importante ter os documentos de identidade. "Às vezes, um benefício importante se perde por falta de documento", disse Derli.

O extensionista Fabrício Veit apresentou, durante o encontro na reserva indígena, as vantagens da avicultura colonial. Nesse sistema, segundo Veit, é fácil e barato manejar as galinhas, que se alimentam de pasto, frutas e legumes disponíveis ao redor do galinheiro. Para o prefeito de São Valério do Sul, Jairo do Espírito Santo, é muito bom quando uma política pública federal chega até as comunidades.

Também atuam na Terra Indígena Inhacorá, profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Prefeitura de São Valério do Sul, Fundação Nacional do Índio (Funai) e equipe multidisciplinar de saúde, mantida pelo Ministério da Saúde – e reúne enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas, agente de saúde e agente de saneamento básico.

Emater/RS-Ascar



Salão do Livro abre espaço para literatura indígena

SÍTIO PORTAL NA HORA, 29.08.2014

O sexto dia da sétima edição do Salão do Livro do Baixo Amazonas, em Santarém, teve como destaque a literatura indígena. A escritora, cantora e poetisa Márcia Kambeba (AM) foi a atração do Encontro Literário da noite. Sob a mediação do também escritor Daniel Leite, ela falou sobre a importância da valorização da literatura indígena e elogiou o espaço oferecido pelo Salão do Livro.

"São poucas as Feiras de Livro nesse país que oferecem espaço à literatura indígena. É raro, mas é muito bom termos sempre um espaço para compartilharmos nossas experiências e conhecermos outras realidades. Existem muitos escritores indígenas que precisam desse espaço", ressaltou a escritora.

Pela primeira vez no Salão do Livro, Márcia fez um relato sobre sua carreira de escritora e falou para estudantes do ensino médio, professores, universitários e outros visitantes sobre a dificuldade de ser fazer literatura na Amazônia. "Eu agradeço por estar em Santarém. Já estive na Feira Pan Amazônica em Belém. Oportunidade de divulgar não só o trabalho do autor, mas a bandeira da literatura indígena. Mostrar além do papel aquilo que sente. Externar o seu grito. No meu caso, o grito da causa indígena", disse.

A coordenadora do VII Salão do Livro, que é realizado pela Secretaria de Estado de Cultura (Secult), Andressa Malcher, disse que tem sido grande a participação do público no evento. "Sempre somos bem recebidos em Santarém. A feira está sendo um sucesso e o público tem prestigiado todos os dias", informou a coordenadora

Mais de dois mil servidores públicos estão sendo contemplados com o bônus do CredLivro. Cada servidor recebe o CredLivro no valor de R\$ 200,00, para adquirir livros destinados ao aperfeiçoamento profissional, como material didático, literário, de pesquisa e de outras áreas necessárias à qualificação.

Este ano, o país homenageado é o Qatar. Toda a programação é aberta ao público, com entrada franca. A ideia de homenagear o país surgiu após a visita da Sheika Al Mayassa bint Hamad bin Khalifa Al Thani, que veio ao Pará para conhecer a realidade da educação indígena da região. A partir desse contato, o estado resolveu aderir ao projeto Ano Cultural Qatar Brasil 2014, um programa de intercâmbio cultural de iniciativa do Qatar Museum Authority, que busca aproximar as duas nações, promovendo a cultura, a comunidade, o esporte e o turismo.

Serviço:

O VII Salão do Livro da Região do Baixo Amazonas é realizado até o dia 31, em Santarém, de segunda a sexta, de 9h às 22h e aos sábados e domingos, de 15h às 22h. O Espaço Pérola do Tapajós, no Parque da Cidade, fica na avenida Bartolomeu de Gusmão, s/n. A entrada é gratuita.

Fonte: Agência Pará